

**A IMPORTÂNCIA DO CIRCUITO TURÍSTICO  
PARA O FOMENTO DA ECONOMIA E DA  
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – CASO SÃO  
ROQUE DE MINAS**

**ANDERSON ALVES SANTOS**

**2004**

**ANDERSON ALVES SANTOS**

**A IMPORTÂNCIA DO CIRCUITO TURÍSTICO PARA O FOMENTO  
DA ECONOMIA E DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – CASO SÃO  
ROQUE DE MINAS, MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras  
como parte das exigências do Programa de Pós-  
Graduação em Administração, área de concentração em  
Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a  
obtenção do título de “Mestre”.

Orientador

Prof. PhD. Robson Amâncio

**LAVRAS**

**MINAS GERAIS – BRASIL**

**2004**



**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da  
Biblioteca Central da UFLA**

Santos, Anderson Alves

A importância do circuito turístico para o fomento da economia e da preservação ambiental - caso "São Roque de Minas" / Anderson Alves Santos. -- Lavras : UFLA, 2004.

110 p. : il.

Orientador: Robson Amâncio.  
Dissertação (Mestrado) – UFLA.  
Bibliografia.

1. Circuito turístico. 2. Desenvolvimento local. 3. Turismo. 4. Planejamento. 5. Sustentabilidade. 6. Ecoturismo. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-338.4791

**ANDERSON ALVES SANTOS**

**A IMPORTÂNCIA DO CIRCUITO TURÍSTICO PARA O FOMENTO  
DA ECONOMIA E DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – CASO SÃO  
ROQUE DE MINAS, MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras  
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação  
em Administração, área de concentração em Gestão Social,  
Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de  
“Mestre”.

APROVADA em 23 de novembro de 2004

Prof. Dr. Luis Carlos Ferreira de Sousa Oliveira

UFLA

Prof. Dr. José Aldo Alves Pereira

UFLA

Prof. PhD. Robson Amâncio

UFLA

(Orientador)

LAVRAS

MINAS GERAIS - BRASIL

DEDICO.

À **D. WANDA**, minha mãe, um espírito de **LUZ, FORÇA E INCENTIVO**,  
que não está mais perto de mim (e faz muita falta).

À Andréa e Telma (meus Anjos da Guarda), pelo ‘empurrão’ e pelo apoio nas  
horas de aperto.

Aos que acreditaram em minha competência e me ofereceram oportunidades.

Aos amigos das horas difíceis, que me supriram com carinho, sorrisos e força  
para não desistir.

## AGRADECIMENTOS

Um primeiro agradecimento deverá ser dado a DEUS, que me abençoou com o dom da vida e com raciocínio, para ajudar na divulgação de Suas obras na natureza.

Agradeço, de forma especial, aos amigos do mestrado: Danielle Pedretti, Cláudio 'Parceirão', Claret (Cruzeirense Sadio), Débora, Daniela Monteiro e Alex, pelas discussões (positivas) acerca de diversos assuntos e pelo incomensurável companheirismo e amizade; e a Bia, Cristiane, Maurício, Igor Senger (gaúcho gente boa!), Pítias, Thiago, Adalgisa e outros, pelos bons momentos em sala e fora dela.

Aos meus irmãos, Elinho, Soraya e Suca (meu 'irmãozinho preferido'), Eunice (minha cunhada preferida!? É a única que tenho!), minha Vó Maria, com seus mais de 90 anos de experiência. A Thami e Miler, meus afilhados, na esperança de que façam um caminho de vitórias.

Aos amigos da Faculdade Presbiteriana Gammon em Lavras: Sérgio Wagner, pela confiança, apoio e amizade; ao Rev. Elenildo, pelas ótimas idéias, pelos almoços e enorme amizade; a Renata Pedretti, Ismênia e Lucas, pelo apoio em momentos complicados; Eneida, Juliana, Benvindo, Jussara, Rô Mendonça, Glauco Matias 'de Jesus', por estarem sempre por perto; a Keila, minha amiga, namorada e "esposa", pelo carinho, apoio, compreensão e incentivo sempre.

Aos amigos do Clube Centenário de Formiga, onde aprendi muito e fiz grandes amizades, em especial ao Adélfio.

Ao meu orientador, Robson Amâncio, pela confiança, pela compreensão do que eu queria fazer, mostrando quais os caminhos certos e errados no decorrer do trabalho.

À cidade de São Roque de Minas e aos que responderam aos questionários, sem os quais não seria possível a conclusão deste trabalho e desejoso de que fortifiquem a união e trabalhem para o crescimento da cidade e dos que nela habitam.

## SUMÁRIO

Página

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
1. Introdução .....	01
2. Histórico do turismo .....	04
2.1 Conceituações de turismo .....	05
2.1.1 Turismo como fenômeno social .....	09
2.2 Referencial teórico .....	11
2.2.1 Turismo no Brasil .....	11
2.3 Planejamento e sustentabilidade .....	14
2.4 Circuito turístico e sustentabilidade .....	17
2.4.1 Globalização, circuito turístico e desenvolvimento .....	19
2.5 Circuito turístico: importância e conceituação .....	26
2.5.1 Características e funções dos circuitos turísticos ... ..	33
2.5.2 Resultados da organização dos municípios em circuitos turísticos .....	36
2.6 Arranjo produtivo local – APL .....	37
2.7 Paradigma teórico sobre cluster, APL e circuito turístico .....	41
3. Metodologia .....	45
4. Caracterização do objeto de estudo: São Roque de Minas .....	47
4.1 Resultados obtidos nas entrevistas .....	60
4.1.1 População urbana .....	60
4.1.2 População rural .....	69
4.1.3 Turistas .....	76
4.1.4 Órgãos públicos .....	82
5. Considerações finais .....	90
6. Referências bibliográficas .....	99

## RESUMO

SANTOS, Anderson Alves. **A importância do circuito turístico para o fomento da economia e da preservação ambiental – Caso “São Roque de Minas”**. 2004. 110 p. Dissertação mestrado em Administração\* - Universidade federal de Lavras, Lavras – MG.

O município de São Roque de Minas, integrante do Circuito Turístico da Serra da Canastra, MG, caracteriza-se pela proximidade do Parque Nacional da Serra da Canastra, do Rio São Francisco, pela produção do queijo canastra e de café, e, recentemente, pelo turismo. O turismo, para ser melhor trabalhado, necessita de união entre moradores e os governos municipal, estadual e federal. A melhor forma de promover este arranjo é a participação em um circuito turístico, como forma de motivar o incremento da economia e a “melhoria da qualidade de vida” dos habitantes. O presente estudo de caso buscou averiguar, por meio de amostragem não probabilística, se o município de São Roque de Minas integra um circuito turístico e qual seria o mais ‘presente’; se o fato de participar de um circuito turístico influenciou no desenvolvimento do município; como eram visualizados, pelos moradores e turistas, os aspectos econômicos e sociais, antes e depois da inclusão do município no circuito; se a população se envolveu nesse processo de desenvolvimento e como e o que foi melhorado com a inclusão do município no circuito. As respostas foram fornecidas pela população local, turistas, órgãos públicos e pessoas ligadas ao *trade* no município, como EMATER, Chefe do Parque Nacional da Serra da Canastra, Diretoria da Cooperativa de Crédito Rural de São Roque de Minas, Analista Ambiental do IBAMA, Conselho Fiscal da Associação Comercial de São Roque de Minas e Associação dos Artesãos de São Roque de Minas. O desenvolvimento de São Roque sofreu visíveis melhorias econômicas e sociais após a inclusão, com envolvimento da população, mas ainda tem muito que ser melhorado.

---

\* Comitê Orientador: Robson Amâncio – UFLA (Orientador); Antonio Carlos dos Santos (Co-Orientador) – UFLA.

## ABSTRACT

SANTOS, Anderson Alves. **The Importance of the tourist circuit for the fomentation of the economy and of the environmental preservation – Case “São Roque de Minas”**. 2004. 110 p. Dissertation (Master Degree in Administration)\* - Universidade Federal de Lavras, Lavras – MG.

The municipal district of São Roque de Minas, an integrating town of the Serra da Canastra Tourist Circuit, MG, characterized its the proximity to Parque Nacional da Serra da Canastra, of the São Francisco River, by the production of the canastra cheese and coffee, and, recently, the tourism activities. Tourism in order to be better worked demands action taking from inhabitants and the municipal, state and federal governments. The best form of promoting such arrangement is through its participation in a tourist circuit, as a form of motivating the incrementation of the economy and the "improvement of the inhabitants' life quality". The present case study aimed at to discover, by means of non probabilistic sampling if the municipal district of São Roque de Minas integrates a tourist circuit and which would be the most ‘present’; if the fact of participating in a tourist circuit influenced on the development of the municipal district; how they were visualized, by the inhabitants and tourists, the economic and social aspects, before and after the inclusion of the municipal district in the Circuit; if the population was involved in such development process and how and what was improved with the inclusion of the municipal district in the Circuit. The answers were supplied by the local population, tourists, public entities and people linked to trade in that municipal district, such as EMATER, the Chief of Parque Nacional da Serra da Canastra, Boards of directors of the Rural Credit Cooperative Enterprise of São Roque de Minas, IBAMA, SAROMCREDI, Association of Artisans, Commercial Association. São Roque' s development has undergone visible economic and social improvements after its inclusion, with the population's involvement, but there is still a lot to be improved.

---

\* Guidance Committee: Robson Amâncio – UFLA (Advisor); Antonio Carlos dos Santos (Co- Advisor) – UFLA.

## 1 INTRODUÇÃO

A 'atividade turística' é muito antiga e teve diversas conotações, como tratamento de saúde, educação, diversão, condição de status de poder dentre outras. De suas várias caracterizações, sobressai a econômica, por ser a de mais fácil compreensão. Mas ela é mais que isso; ela é uma complexa interação e inter-relação entre os diversos fatores econômicos, culturais, sociais, históricos e ambientais.

O desenvolvimento tem sido, historicamente, reduzido ao seu aspecto econômico, como o progresso ou o crescimento da produção de riquezas. Em décadas mais recentes, acrescentaram-se os aspectos social e humano à concepção de desenvolvimento, prevalecendo, contudo, a aceitação de que sem crescimento econômico é impossível obter o bem estar social.

No período posterior à Segunda Guerra, o Brasil foi um dos países que mais cresceram economicamente, por meio da produção de bens de consumo alimentícios. Apesar do dinamismo na economia nacional nessa fase, alguns dados sociais revelam que determinadas regiões permanecem com altos índices de pobreza. Como ilustração, o 'Mapa da Fome', elaborado pelo IPEA, em 1993, indica que, dos aproximadamente 32 milhões de brasileiros indigentes, cerca 17,3 milhões estão no Nordeste; sendo que destes, mais de 10 milhões residiam no meio rural, ou seja, 63% dos indigentes brasileiros vivem em áreas rurais.

Diante desse quadro, houve um avanço da consciência ecológica diante de análises de desastres ambientais, ocasionados pelo aumento da industrialização (como sinal de desenvolvimento) e avanço da agricultura mecanizada, e conseqüente articulação de grupos e movimentos de consciência ecológica que passaram a questionar o esgotamento dos recursos naturais não renováveis. Percebe-se que o desenvolvimento local é uma estratégia de

valorização das potencialidades locais que podem impulsionar um novo padrão de crescimento econômico dotado de sustentabilidade sócio-ambiental. Assim, diferentes programas orientados para o desenvolvimento comunitário e de combate à pobreza foram incrementados. Dentre estes, o turismo.

Esse ‘turismo organizado’ dos dias atuais, metaforicamente chamado de ‘indústria turística’ ou de ‘indústria sem chaminés’, movimenta milhões de dólares anualmente, de forma global. Mas, em se tratando de uma parte pequena (um município, por exemplo), como funciona? E se essa ‘parte pequena’ fosse integrante de uma estrutura maior, como um circuito turístico (que será abordado posteriormente)?

O desenvolvimento regional pode ser influenciado pela participação de um município em um circuito turístico? O turismo aparece como uma alternativa ou como a única solução para o desenvolvimento? Porter (1998) acredita que a formação de um cluster turístico (aqui entendido como circuito turístico) nos países em desenvolvimento pode contribuir não só para melhorar a infraestrutura de cidades afastadas como para distribuir a atividade econômica.

Diversos municípios portadores de patrimônio cultural, artístico ou ambiental, incentivados pela política nacional de turismo, passaram a vislumbrar na exploração desse ‘patrimônio’ uma alternativa – ou a única saída? - econômica diante do fraco desempenho de sua economia tradicional.

Poucas atividades econômicas, como o turismo, desempenham, eficazmente, a função de desenvolver municípios ou regiões que são economicamente deprimidos. A atividade turística pode realmente introduzir um processo de desenvolvimento que resulte no aproveitamento patrimonial e na valorização local?

O objetivo do presente trabalho foi verificar como se dá essa interação entre turismo e desenvolvimento, bem como analisar os aspectos econômicos e

sociais, antes e após o município de São Roque de Minas passar a integrar o Circuito Turístico da Serra da Canastra.

Quanto aos objetivos específicos, este trabalho busca responder às seguintes questões:

- se o município de São Roque de Minas efetivamente participa de um circuito turístico e qual; e, caso positivo, se o fato de integrar um circuito turístico tem influenciado o desenvolvimento do município;
- quais os aspectos econômicos e sociais, antes e depois da inclusão do município de São Roque de Minas no circuito e se houve o envolvimento da população nesse processo de desenvolvimento e como foi;
- se foram obtidas melhorias para o município de São Roque de Minas com a inclusão no circuito;
- se houve uma consciência de preservação ambiental por parte da população de São Roque de Minas.

## 2 HISTÓRICO DO TURISMO

A noção inicial do que hoje se entende como “turismo”, em termos históricos, surgiu quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, motivado pela necessidade de comércio com outros povos. Daí têm-se as razões econômicas, que eram as viagens exploratórias, de longo percurso, para conhecer novas terras para posterior ocupação e exploração. Analisado sob este ponto de vista, os fenícios foram os “criadores” do turismo de viagens, pois suas terras eram inóspitas para a agricultura. Apesar disso, McIntosh (Beni, 2001, p. 34) afirma que o turismo surgiu com os babilônios (sumérios) porque eles foram os primeiros a conceber o dinheiro, além de terem inventado a escrita e a roda.

Os romanos, com os jogos olímpicos (96 a.C.), incentivaram as viagens de atletas e competidores em busca de fama e reconhecimento e, conseqüentemente, “forçaram” a criação da ‘hotelaria’. O turismo de eventos e o sexual já existiam em Éfeso (atual Turquia), uma cidade bem posicionada na rota de mercadores, onde mais de 700.000 almas se reuniam em feiras e apresentações de mágicos, acrobatas e outros. Tal volume de pessoas atraía prostitutas e ladrões que, de maneira escusa, aumentavam seus ganhos monetários.

As Cruzadas (principalmente as quatro primeiras) foram de grande importância para o turismo de grupos e de longa distância, pela necessidade de desenvolvimento de técnicas de acampamento e manutenção de suprimentos, sem deixar de se perceber o cunho religioso das mesmas.

No Brasil, o turismo teve início com o descobrimento e a exploração da costa para a obtenção do pau-brasil; mais tarde, intensificou-se com a divisão das terras em sesmarias. Com a vinda da Família Real, em 1808, avultou-se a questão de hospedarias e “restaurantes” e, recentemente, a ocupação da Amazônia Legal caracterizou-se como uma forma de integração territorial.

É importante observar que o interesse do homem pela natureza cresceu, como o resultado de uma gradual conscientização e mudança dos valores culturais e fez, com isso, surgir um novo tipo de turismo, que é o turismo de natureza.

## **2.1 Conceituação de turismo**

Antes de adentrar na discussão central do presente trabalho, convém explicitar os conceitos de turismo, desde a época em que se começou a tratá-lo economicamente. De acordo com Castelli (1990), a comercialização do turismo só se iniciou a partir do século XIX, devido às inovações tecnológicas trazidas pela Revolução Industrial (como o trem e a máquina a vapor), permitindo que trabalhadores tivessem acesso às viagens, em consequência da melhoria da distribuição de riqueza e conhecimento, trazidos com o mercantilismo.

Encarado dessa maneira, pode perceber-se que, na realidade, o fenômeno turístico, do modo como é conhecido hoje, é um acontecimento, de certa forma, moderno, gerado em decorrência da melhoria dos meios de transporte e comunicação, que facilitaram o deslocamento entre regiões e ou países, permitindo ao homem conhecer novas culturas.

No começo do século XX, surgiram pesquisadores interessados nesta nova atividade. Com um maior aprofundamento nas pesquisas, o turismo deixou de ser relacionado apenas com o lazer e, em 1930, Schwink (Bonald, 1984, p. 45) o definiu como o "*movimento de pessoas que abandonam temporariamente o lugar de sua residência permanente, por qualquer motivo relacionado com espírito, seu corpo e sua profissão*".

Conforme definição dada por Schullard em 1910 (Beni, 2001, p. 34), o turismo compreendia

“à soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”.

Edmond Picard (Arendit, 2000, p. 20) afirmava que a função do turismo *“é a importação de divisas pelos países. Seu impacto reside no fato de que as despesas de turismo podem fazer parte dos diferentes setores da economia e, em particular, para os proprietários e gerentes de hotéis”*.

Para Glucksmann & Benscheidt (Andrade, 2001, p. 34), em 1929, o turismo era *“a ocupação do espaço por pessoas que afluem a determinada localidade, onde não possuem lugar fixo ou residência fixa”*.

Já Bormann (Andrade, 2001, p. 35), que fazia parte da Faculdade de Economia da Universidade de Berlim, acreditava, em 1930, que turismo

“é o conjunto de viagens que tem por objetivo o prazer ou motivos comerciais, profissionais ou outros análogos, durante os quais é temporária sua ausência da residência habitual. As viagens realizadas para locomover-se ao local de trabalho não se constituem em turismo”.

Morgenroth (Arendit, 2000, p. 10), em 1929, conceituou o turismo como

“o tráfego de pessoas que se afastam temporariamente do seu local fixo de residência para deter-se em outra localidade, com o objetivo de satisfazer suas necessidades vitais e de cultura ou para realizar desejos de diversas índoles, unicamente como consumidores de bens econômicos e culturais”.

Em 1937, Lesczyck (Andrade, 2001, p. 35) caracterizou o movimento turístico como *“aquele em que participam pessoas, que durante certo tempo, residem em determinado local como estrangeiros e forasteiros, e sem caráter lucrativo, profissional ou militar”*.

Glücksmann (Barretto, 1995, p. 9-10) promoveu a correção do conceito anteriormente dado por ele:

“..quem interpreta o turismo como um problema de transporte, o confunde com o tráfego de turistas... (o turismo começa ali, onde termina o tráfego, no porto, no local onde se efetua a hospedagem). O tráfego de viajantes conduz ao turismo, mas não é o turismo propriamente dito, nem mesmo em parte.”

Porém, Hunziker & Krapf (Andrade, 2001, p. 37), em 1942, elaboraram o seguinte conceito de turismo:

“É o conjunto das inter-relações e dos fenômenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora de seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa, permanente ou temporária.”

Numa visão mais recente, Torre (1997, p. 19) diz que

“o Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, se deslocam de seu lugar de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas relações de importância social, econômica e cultural.”

O turismo sofreu, realmente, uma grande alavancagem a partir do final da II Guerra, quando surgiram variados estudos a respeito da atividade turística. Segundo Andrade (2001, p. 37), a definição que melhor explicita a finalidade do turismo é a de Mathiot, que considerava que o

“Turismo é o conjunto de princípios que regulam as viagens de prazer ou de utilidade, tanto no que diz respeito à ação pessoal dos viajantes ou turistas como no que se refere à ação daqueles que se ocupam em recebê-los e facilitam seus deslocamentos”.

Na década de 1970, a Organização dos Estados Americanos (OEA) considerou a definição apresentada por Boullón (Bonald, 1984, p.47), na qual o turismo é considerado como

“uma atividade econômica do setor terciário, que consiste no conjunto de serviços vendidos ao turista. Ditos serviços estão necessariamente inter-relacionados, de maneira que a ausência de um deles dificulta e até impede a venda ou a prestação de todos os outros; além disso tem a peculiar característica de que só é possível ser produzido em locais rigidamente predeterminados, para os quais se deslocam os turistas, ainda que sua venda se realize fora dele, quer dizer, no ponto de origem da demanda. Difere das demais vendas, porque não há uma distribuição do produto, visto como o consumidor é quem viaja à fonte de produção”.

Turismo é sinônimo de uma sociedade de consumo e, desta forma, pode ser considerado como a combinação de bens e serviços, servida dentro de um ‘pacote’. Confirmando essa idéia, Andrade (2001, p. 38) afirma que o

"turismo é o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento".

Wahab (1991, p.26) propõe uma definição mais genérica, na qual enfatiza a interação social do homem:

“O turismo é uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo da interação entre povos, tanto dentro de um mesmo país como fora dos limites geográficos dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando a satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada. Para o país receptor, o turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local, formando exportações invisíveis. Os benefícios originários deste fenômeno podem ser verificados na vida econômica, política, cultural e psicossociológica da comunidade”.

Utilizar-se-á no presente trabalho a conceituação dada pela Organização Mundial de Turismo (OMT), que é compreendida e aceita globalmente e tem consonância com a conceituação dada pelo Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR). Para a OMT (2003), o turismo compreende “*as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos de*

*seu entorno habitual por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, por motivo de férias, negócios e outros*". Este conceito de turismo não se limita unicamente ao mercado de férias, mas cobre um conjunto de viagens, em âmbito mundial, dentro de um marco de mobilidade da população.

Percebe-se que o turismo sofreu uma série de interpretações e conceituações desde que se começou a perceber sua importância para a economia mundial. Tal fato se deve à amplitude com que o turismo lida; ou seja, trabalha com os três setores da economia, direta ou indiretamente.

### **2.1.1 O turismo como fenômeno social**

Ao se analisar o turismo como fenômeno social, pode-se tomar emprestados os pontos de vista de Émile Durkheim e Max Weber – referências clássicas da Sociologia, a serem citados a seguir –, que identificam o turismo como objeto de estudo da Sociologia, particularmente da Sociologia do Turismo. Como escreve Dias (2003, p. 13),

‘para Durkheim, o fenômeno social constitui-se do fato social, que pode ser religioso, político, literário, artístico etc. e que é externo ao indivíduo e determinador de suas ações. A sociedade, que é externa aos indivíduos, determina as interações sociais.’

Ainda de acordo com Dias (2003), pode-se, utilizando a análise de Durkheim, identificar o fato social turístico pela coerção que exerce sobre os indivíduos, fazendo com que eles assumam papéis relacionados particularmente com esse fenômeno. Ao assumir o papel de turista, ele toma para si papéis que em seu dia-a-dia não assumiria.

Para Weber (2000), a Sociologia “*é uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la casualmente em seu curso e seus efeitos*”. Dessa forma, Dias (2003) afirma que a “*interação*

*turista-residente constitui-se num fenômeno social pois seus agentes têm um ao outro como referência”.*

Pode-se verificar que, mesmo apoiando-se nas diferentes visões de Durkheim e Weber, o turismo é um fenômeno social perfeitamente caracterizado. Dessa forma, pode ser definido e entendido como um fenômeno social complexo, visto que a ‘Sociologia é o estudo das interações e inter-relações humanas, suas condições e circunstâncias’ (Dias, 2003, p. 16) e que implica uma série de relações sociais em muitas esferas, permitindo o encontro entre pessoas de diferentes culturas, favorecendo a sociabilização entre os povos, diminuindo distâncias étnicas e promovendo o conhecimento de costumes e uma maior circulação cambial entre os envolvidos.

O turismo, apesar de sua abrangência, especificidade e riqueza epistemológica como fenômeno social, pode ser visto como qualquer outro empreendimento econômico, pois apresenta um processo de impacto global ao meio ambiente e, portanto, deve ser trabalhado em sua totalidade. Quando assim encaminhado, é possível entender sua dinâmica e complexidade no campo do processo da sociabilidade e do conjunto das relações humanas, resgatando sua verdadeira dimensão.

A demanda crescente pelo turismo e pelos lazeres, especificamente na natureza, é, sem dúvida, uma das tendências mais significativas dos movimentos turísticos na atualidade, talvez como um antídoto para as pressões da vida moderna, potencializado pela velocidade e poder da informação e da mídia, produzindo efeitos nos planos econômico, ecológico e territorial (Ruschmann, 1997).

É notório o grande resultado que o turismo traz para a economia e para o desenvolvimento da região onde ele é praticado. O efeito multiplicador é o resultado de um processo de planejamento estratégico, desenvolvido ao longo dos anos, beneficiando regiões com investimentos em infra-estrutura e estrutura

turística, objetivando interagir o social com o desenvolvimento regional, fazendo com que se obtenham resultados consideráveis em suas economias.

Como salienta Santos Filho (2000), considerá-lo como mais um simples elemento da cadeia produtiva econômica, como assim o faz a OMT (2003), afirmando que

“el crecimiento constante de esta industria y su tendencia consiguiente a la masificación se produce de forma paralela con una mayor conciencia ambiental de unos consumidores que cada vez exigirán destinos turísticos más limpios, más seguros y más benévolos para con el medio ambiente. Estas dos tendencias, cuantitativa y cualitativa respectivamente, convierten en algo imperativo el desarrollo y la gestión de una industria turística sostenible”;

é tentar “maquiar” a compreensão o do fenômeno turístico dentro do viés do pensamento economicista, estritamente limitado, preocupado com o gerenciamento quantitativo da "riqueza" que é produzida para uns poucos, sem se importar com os prejuízos causados.

## **2.2 Referencial teórico**

### **2.2.1 Turismo no Brasil**

Ao se analisar o turismo brasileiro, percebendo-o não com a conotação que teve a partir da II Guerra, mas, observando-o em uma cronologia a partir do ano de 1500, conclui-se que ele teve início com o descobrimento do país e o envolvimento dos portugueses, espanhóis, franceses e holandeses. Os portugueses promoveram a exploração da costa brasileira e do pau-brasil; depois vieram os espanhóis e o Tratado de Tordesilhas; com os franceses e holandeses ocorreram algumas ocupações em algumas cidades litorâneas.

O turismo receptivo era muito precário. Somente a partir de 1808, com a mudança da Família Real para o Brasil, é que cresceu a demanda por hospedagens, para receber diplomatas e comerciantes mais abastados. No Rio de Janeiro não existiam hospedarias, elas apareceram somente na segunda metade do século XVIII. Em São Paulo, os hotéis com algum padrão de qualidade surgiram somente em 1870. Na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento do transporte a vapor no Brasil, pela ação do Visconde de Mauá, é que se desenvolveu mais o “turismo” em nosso país.

O Conselho Nacional de Turismo (CN-TUR) e a ‘Empresa Brasileira de Turismo’ (EMBRATUR), foram criados em 1966, pelo governo militar, por meio do Decreto Lei n. 55, de 18 de novembro, com o objetivo de atender ao fluxo de turistas estrangeiros que procuravam o Brasil, captar divisas e, principalmente, trabalhar a imagem do país no exterior.

Segundo afirmação de Tabet Gomes (1987, p. 142),

‘desde meados da década de 60 que o turismo passou a merecer alguma atenção das classes dirigentes, públicas e privadas, e não foi pensando nos direitos ao melhor uso do tempo livre da população que o assunto ganhou espaço no panorama de decisões governamentais. Logo foi dado ao turismo o status de "indústria básica de interesse nacional", moldando-o à situação histórica da economia brasileira, dependente da tecnologia importada, e submetido aos interesses exportadores, voltando seu parque produtivo para privilegiar o mercado externo e preconizando a captação de divisas necessárias ao equilíbrio do balanço de pagamentos e ao desenvolvimento nacional”.

Para ampliar o mercado nacional, a Embratur criou linhas de créditos para o setor de empreendimentos hoteleiros, o que acabou favorecendo os grandes conglomerados estrangeiros por meio de financiamentos subsidiados pelo governo federal. Isso se tornou um obstáculo para que o turismo nacional fosse estimulado, pois o órgão máximo do turismo tinha seu olhar voltado prioritariamente para o turista estrangeiro. Segundo Trigo (2000, p. 187),

‘essas iniciativas atraíram investimentos que se traduziram na construção de várias unidades hoteleiras no país. Entretanto, a Embratur não se preocupava na época com a formação de mão-de-obra especializada nem com a preservação ambiental. O resultado é que vários financiamentos resultaram em belos edifícios para hotéis, mas sem manutenção adequada nem qualidade de serviços. Muitos desses hotéis passaram a operar com serviços medíocres e outros fecharam’.

Em todo o mundo, o turismo produz uma receita anual da ordem de US\$ 4,5 trilhões. Em 2000, o setor movimentou, no Brasil, cerca de US\$ 20 bilhões - o equivalente a 4% do Produto Interno Bruto, de acordo com a OMT (2003).

De acordo com o “Turismo...” (2004), no link “*Em questão*”, o turismo rendeu US\$1,625 bilhão para o Brasil em 2004:

‘o Plano Nacional de Turismo, lançado pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva no dia 29 de abril de 2003, já começa a dar resultados. A atividade foi responsável por pela entrada de US\$1,625 bilhão no Brasil, durante o primeiro semestre do ano. Segundo o Banco Central, o resultado foi 46,3% maior do que o gasto dos visitantes estrangeiros no mesmo período no na passado. [...] Nos primeiros seis meses de 2004 resultou num superávit de US\$370 milhões, ou cinco vezes maior do que o registrado em 2003’.

Ainda de acordo com o mesmo site, houve um aumento de 8,12% de turistas em 2003, tomando por base o ano de 2002; isso quer dizer que em 2003 vieram ao Brasil 4,1 milhões de estrangeiros. A meta é chegar a 2007 com 9 milhões de estrangeiros; acontecendo isso, eles deixarão aqui aproximadamente US\$8 bilhões, que colocará a atividade turística em primeiro lugar na captação de divisas estrangeiras. Para que isso aconteça serão necessários investimentos em estrutura, o que já está acontecendo: a modernização de aeroportos já custou cerca de US\$400 milhões, pagos por meio de financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

‘Para o governo, uma das conseqüências mais interessantes do crescimento do turismo é a expectativa de criação de 1,2 milhão de empregos em hotéis, restaurantes, (...) entre outros. Atualmente o

turismo gera 1,8 milhão de empregos diretos. Nos últimos 18 meses 100 mil novos postos foram criados.” (Turismo..., 2004).

Segundo o Presidente da EMBRATUR, Eduardo Sanovicz, isso

“é reflexo da aplicação do Plano Nacional de Turismo, que reformulou a estratégia de apresentação do Brasil no exterior e estabeleceu onze produtos turísticos nos quais trabalhamos para atrair turistas estrangeiros para o país” (Sanovicz, 2004, apud EMBRATUR, 2004).

Os onze produtos citados são: Sol & Mar (o mais promovido), Negócios & Eventos, Festas & Eventos Populares, Ecoturismo (em franco crescimento), Aventura, Pesca Esportiva, Mergulho, Golfe, Resorts, Cidades Patrimônio e Turismo de Incentivo.

Pelo que se pode concluir, o PIB resultante da atividade turística é um dos grandes captadores de investimentos externos e internos, o que representa uma constante aplicação desses investimentos numa melhor estruturação para receber visitantes, gerar empregos, viabilizar projetos turísticos, “exigir” planejamentos consistentes, além da divulgação que é feita lá fora, com a finalidade de mostrar as ‘belezas brasileiras’.

### **2.3 Planejamento e sustentabilidade**

Não basta somente “atrair” turistas. Faz-se necessário promover um planejamento viável, ligado à realidade que se tem, para que o desenvolvimento esteja presente e faça com que a população envolvida se torne de tal forma importante e consciente que contribua para a manutenção de suas atividades.

Muitas cidades brasileiras têm como fatores de produção econômica a agricultura, a pecuária, a indústria e ou comércio, entre outros. Porém, hoje, têm

abertas suas portas para um novo setor, o turismo, que tem no município, ao mesmo tempo, o cenário de produção e de consumo. A atividade turística pode constituir um investimento inicial gerador do processo de ramificação da economia local e, por extensão, regional. É com esta idéia que investir no turismo pode ser uma alternativa positiva para os municípios que buscam saída para complementar sua economia e fazer com que haja um maior desenvolvimento da cidade/cidadãos/município.

Deve-se destacar que o turismo vem sendo visto, talvez, como única solução para os problemas de diversas comunidades, sejam elas grandes ou pequenas. Entretanto, apesar dessa atividade despontar com altos índices de crescimento no contexto econômico mundial, não deverá ser vista como única alternativa de desenvolvimento, uma vez que pode provocar degradação ambiental, social, econômica ou cultural – ou até todas juntas.

Conforme afirma Coriolano (1999, p. 30 - 31),

‘sabe-se que planejamento é um sistema de idéias organizadas racionalmente, para determinar o que fazer, para quem fazer, com quais objetivos, em que circunstâncias, quais os meios e instrumentos que facilitam este fazer para o turismo. Portanto, há que se perguntar ao elaborar qualquer planejamento turístico: Turismo para quem? Turismo para que? Turismo apenas para desenvolver o capital das empresas ou para fazer o desenvolvimento local, para melhorar a qualidade de vida da comunidade receptora, dos lugares visitados?’.

O turismo que não é planejado, que não busque sua sustentabilidade, fará nascer e crescer problemas ambientais e sociais, como a violência, desemprego e, conseqüentemente, a concentração da riqueza em mãos estrangeiras e, ainda, investimentos em infra-estrutura acima do necessário e com desvio de verbas públicas, quando estas existirem. Conforme salienta Silva Junior (2004, p. 74), “*mesmo em vista do discurso favorável, não se pode esquecer que o turismo nem sempre tem sido o fator de ‘salvação’ das economias locais no que diz respeito à inserção da comunidade*”.

Esses tópicos negativos do turismo serão pagos, provavelmente, pela própria localidade e seus moradores, como um ônus pelo não-planejamento. Da mesma forma, o uso irracional dos recursos do meio ambiente poderá promover a descaracterização da paisagem natural, desaparecimento de espécies ou mudança de comportamento das mesmas, poluição da água e do ar, etc.

Portanto, o turismo, hoje visto como uma atividade econômica, deverá gerar lucro, a fim de proporcionar melhores condições de vida à comunidade e cuidar para que se mantenha a preservação cultural e ambiental, trabalhando para manter o homem fixado em seu local de origem. Silva Junior (2004, p. 74) cita um ‘olhar’ de Magalhães (2000), para quem o turismo

“é um fenômeno espacial que propicia um fluxo de pessoas e múltiplas interações, podendo trazer resultados positivos e negativos a partir dos relacionamentos entre agentes. É uma atividade econômica que se manifesta de acordo com os princípios do modo de produção vigente. Neste sentido, produz, organiza e consome os espaços, obedecendo a um modelo já consolidado e que não tem atendido às expectativas de desenvolvimento e inserção comunitária local”.

Não importa a função de determinadas práticas: o turismo cria novas funções, recupera antigas práticas e bens culturais e monta atrações turísticas para a região. E o que dá sentido a tudo isso é a subjetividade do indivíduo e dos grupos sociais que passam a valorizar essa própria reprodução.

A paisagem interiorana está mudando no Brasil. Tanto do ponto de vista espacial quanto econômico, o interior não pode mais ser visto de forma simplista e, sim, com uma tendência de integração da economia mundial. Por isso, a importância de se fazer um planejamento turístico, com o fim de se evitar impactos negativos – ou, se eles ocorrerem, que sejam os mínimos possíveis.

O modelo do século XVIII, de projeto integrado, desenvolvido para alavancar a Revolução Industrial, por ter sido concebido na Europa, trazia um aspecto humano que hoje é inexistente, empurrando para o poder público as

obrigações que, aos poucos, criaram o caos social no qual vivem as grandes cidades, com hordas de habitantes marginalizados, na maioria das vezes sem condições de sobrevivência que lhes permitam até um retorno às suas origens.

O setor industrial passa por uma queda no nível de emprego e os cinturões marginais das grandes cidades observam um fluxo migratório decrescente: ir para os centros urbanos já não é a melhor saída. Ao contrário, o meio rural (entendido aqui como cidades interioranas) absorve cada vez mais os diversos aspectos econômicos e culturais.

Assim, pode-se notar que um modelo de desenvolvimento participativo proposto ao meio rural, conforme defendido pelo Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) (2004) e por vários autores, é possível por meio da participação em um circuito turístico, objetivando a integração, a participação social e a fixação do homem no seu local de origem como elemento estratégico para o desenvolvimento regional.

#### **2.4 Circuito turístico e sustentabilidade**

A maioria dos municípios com vocação turística organizou-se em circuitos turísticos para uma condução mais democrática do turismo; porém, a eficiência destes circuitos tem sido muito pequena, seja por questões de relacionamento político ou pela falta de experiência em exercer a democracia e ou a participação cidadã. Mesmo com esta situação ainda precária, o terceiro setor tem aumentado sua atuação em todas as áreas, atingindo também o turismo, ocupando-se de muitas demandas relacionadas às questões sociais, de meio ambiente, de responsabilidade social e de sustentabilidade nas atividades turísticas, o que tem auxiliado a melhorar a prática turística para todos: turistas, empresários, governo (local ou não) e comunidades.

O que se busca, pois, é um produto – no caso, o circuito turístico - que atenda aos interesses de todos. Mas é possível atender a todos os interesses, sem levar em conta a teoria do conflito, na qual o que é bom para um pode não ser necessariamente bom para o outro? E, mesmo sem levar essa teoria em conta, quais seriam os clientes deste possível (e tão demandado) produto? Uma vez constatada a demanda deste produto, a avaliação que se faz necessária é a de listar quais são os equipamentos disponíveis para ofertar e de que forma devem ser ofertados: a isso se chama planejamento.

Caso não haja uma avaliação e planejamento buscando uma leitura global e particularizada de todos os meios que influenciam (negativa, passiva ou positivamente) o produto e o consumidor, o projeto tende a oferecer uma visão caolha e mal interpretada, encaminhando-se para um retumbante fracasso.

É fundamental esclarecer que a atividade turística em si é uma alternativa ao incremento do desenvolvimento de uma região, principalmente quando esta possui vocação para esta prática. Ela é também um fator de inclusão social, visto a grande quantidade de oportunidades de trabalho que o setor gera, direta e indiretamente, desde que praticado com responsabilidade sócio-ambiental e orientado para o preservacionismo cultural, qualificadamente profissional e, principalmente, com a mentalidade de que quem deve ser “*explorado*” é o turismo como atividade e não o turista, a comunidade onde ele está inserido ou os autóctones.

O objetivo é descobrir, por meio de uma visão do menor para o maior, de baixo para cima, de dentro para fora, em uma visão holística ou polidimensional, quais os atributos existentes ou necessários (equipamentos, atrações, vocações, necessidades e disponibilidades, talentos) e como utilizá-los (se em caso negativo, como se deve incluí-los e, depois de incluídos, que nível de elevação deverá ser dada) para, com uma visão totalmente límpida da

realidade focada, listar projetos e priorizar ações, cada uma dentro de seus próprios méritos, dentro de uma visão completa e envolvente.

#### **2.4.1 Globalização, circuito turístico e desenvolvimento**

A rapidez com que a globalização tem se “instalado” proporciona, nas pequenas cidades interioranas, a perda de seu valor social e econômico. De certa forma, implanta impactos quase irreversíveis em seu desenvolvimento regional, decorrentes da expansão do modo capitalista de produção, que dissemina tecnologias e novos valores, inclusive em pequenas localidades e no campo. Contrariando esta tendência – ou talvez até impondo uma tendência diferente – várias cidades estão se reunindo e formatando o chamado circuito turístico.

Para uma única cidade ou município, desenvolver-se turisticamente é uma tarefa árdua e quase impossível. Localidades existem em que esse objetivo só foi alcançado após pertencerem a um circuito. Estudar o processo pelo qual isso se deu traduz-se em importantes dados para uma pesquisa sobre o desenvolvimento turístico de uma região, salientando a importância da população local no âmbito sócio-cultural e sobre seu *modus vivendi*.

Assim, buscar-se-ão, a cada planejamento, a inserção humana, a elevação do indivíduo em primeiro lugar e a do município em seguida, de maneira sintonizada, em processo de leitura e avaliação permanentes, cujo resultado promova, no mais curto prazo (apesar do fator tempo não ser no caso um passivo ativo), a inexistência de passivos negativos e o equilíbrio natural e sustentado que a própria natureza multiplica, apoiada pelos atores locais.

Esta concepção “*desenvolvimentista*” do turismo responsável, socialmente e quanto à utilização dos recursos, mesmo sem ainda ter uma definição oficial, aproxima-se muito da linha de pensamento do “desenvolvimento sustentável”, definido originalmente em 1987 pelo documento

intitulado “Nosso Futuro Comum” ou, como é mais conhecido, Informe Brundtland da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMMAD), também conhecida como Comissão Brundtland. Trata-se do desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em lugares restritos, durante poucos anos e para parcelas restritas, mas sim em todo o mundo até as gerações futuras, garantindo a existência dos recursos em quantidade e qualidade necessárias ao seu desenvolvimento. Ou na definição oficial,

“o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação na qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (CMMAD, 1987, p. 49).

Ainda de acordo com este documento, não basta um crescimento modesto; é extremamente importante o atendimento às necessidades humanas, assegurando a todos as mesmas oportunidades. Assim, a garantia da sustentabilidade do desenvolvimento torna-se fundamental para propiciar a todos a qualidade de vida e, entre outras coisas, oferecer as condições adequadas de infra-estrutura, não somente para os empreendimentos, mas para as comunidades locais igualmente, para que possam se desenvolver econômica, social e ambientalmente. Na opinião de Furtado (1981, p. 96), “*o melhor desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade*”.

O que vem a ser o princípio do desenvolvimento sustentável? Primeiramente, pode-se tentar elaborar uma resposta literal. Recorrendo-se ao dicionário, são encontradas, entre outras definições (Dicionário Houaiss, 2000):

\* Desenvolvimento: s.m. Ação ou efeito de desenvolvimento; crescimento. *Econ.* Crescimento global de um país, de uma região, etc.

\* Sustentar: v.t. Suster, suportar. Amparar, escorar. Manter, financiar. Amparar-se reciprocamente para não cair.

\* Sustentável: adj. Que se pode sustentar, manter.

Ou, de acordo com o “Aurélio” (2002) :

\* Desenvolvimento. s.m. 1. Ato ou efeito de desenvolver (-se); desenvolvimento. 2. Adiantamento, crescimento, aumento, progresso. 3. Estágio econômico, social e político de uma comunidade, caracterizado por altos índices de rendimento dos fatores de produção, i.e., os recursos naturais, o capital e o trabalho.

\* Sustentar. v.t.d. 1. Segurar por baixo; servir de escora a; impedir que caia; suportar, apoiar; impedir a ruína ou a queda de; amparar. Dar ânimo a; animar. Proteger, favorecer, auxiliar.

Assim, poder-se-ia dizer que desenvolvimento sustentável seria o crescimento ou progresso que se mantém.

Dessa forma, por analogia compreende-se desenvolvimento econômico como crescimento econômico, especialmente quando acompanhado por modificações na estrutura produtiva do país ou região, como a industrialização.

Figueiredo (1999, p. 39) salienta que “o conceito de desenvolvimento deve engendrar uma gama maior de aspecto, de dimensões”, e cita Sachs (1993, p. 37 - 38), referindo-se ao “desenvolvimento”, que deve se basear em cinco padrões de sustentabilidade:

- sustentabilidade social – representa uma distribuição de renda e de bens e reduz abismos entre padrões de vida;
- sustentabilidade econômica – privilegia a alocação e o gerenciamento mais eficiente de recursos;
- sustentabilidade ecológica – pressupõe um relacionamento entre o consumo humano e a natureza, diminuindo a poluição, o uso de energia, a produção de lixo (ou reciclando);

- sustentabilidade espacial – expressa principalmente nas relações entre o mundo rural e urbano, combatendo a concentração excessiva nas áreas metropolitanas, e, por fim, a
- sustentabilidade cultural, que valorize, por meio da etnociência, outras formas de relação homem/natureza e diversas culturas.

Ainda de acordo com Figueiredo (1999, p. 39), o

‘desenvolvimento sustentável seria então o desenvolvimento que, ao contrário das concepções tradicionais, pressupõe uma forma de viver e agir, em que a finalidade da produção e do consumo é proporcionar o bem-estar da maioria da população, provocar um impacto menor no meio ambiente, através de novas formas de conhecimento sobre a relação homem/natureza’.

Para se compreender, de fato, a proposta do desenvolvimento sustentável, deve-se ir um pouco além dos verbetes dos dicionários e tentar esclarecer os conceitos e os processos históricos implicados nesses termos. Dessa forma, recorre-se a Diegues (2001) que propõe uma revisão desses conceitos, convidando-nos a pensar nos pressupostos que o turismo sustentável carrega consigo e que as pessoas, como planejadores de turismo, muitas vezes, adotam sem qualquer reflexão.

O conceito de desenvolvimento está relacionado ao conceito de progresso que foi herdado do positivismo. Nele há uma idéia implícita de que as sociedades podem progredir sem limites para níveis cada vez mais altos de acúmulo de capital e de riqueza material. O progresso e o desenvolvimento se baseiam na premissa de que os conhecimentos técnico e científico podem colocar a natureza a serviço do homem. Haveria, conseqüentemente, um único modelo de desenvolvimento ao qual todas as sociedades deveriam chegar por meio da industrialização.

Até meados da década de 1960, os custos ambientais gerados pelo uso intensivo dos recursos eram considerados normais e imprescindíveis para o

desenvolvimento – seja o desenvolvimento entendido como crescimento, como passagem por etapas ou como processo de mudanças estruturais. A natureza só foi deixar de ser vista como essa fonte inesgotável de matéria-prima e energia quando intelectuais e camadas da classe média dos países ocidentais, chamados de “desenvolvidos”, manifestaram-se contra a sociedade de abundâncias e passaram a indicar os limites ecológicos. A crise do petróleo, a partir de 1973, só fez ressaltar o risco da total degradação ambiental. Esse contexto levou o ocidente a elaborar toda uma revisão dos conceitos desenvolvimentistas. A natureza não estava mais a serviço do homem, mas conectada a ele, influenciada diretamente por suas ações, colocando-lhe limites.

Em um primeiro momento, a natureza era vista como inimiga do desenvolvimento, o que gerou uma dicotomia, ecologia *versus* economia. Por outro lado, o homem apareceu como uma ameaça à natureza, que teria um valor em si mesma, independente da utilidade que poderia ter para ele.

Na década de 1970, foram propostos novos modelos de desenvolvimento que pudessem minimizar ou até mesmo evitar os riscos ambientais e, nesse sentido, o “eco-desenvolvimento” surgiu como opção à dicotomia homem-natureza-economia. Ele propunha não o isolamento dos recursos naturais, mas sim uma ética do desenvolvimento, destacando a necessidade de se utilizar os recursos naturais de cada ecossistema de maneira integrada aos anseios da população local. Desse modelo, surgiu a idéia do desenvolvimento sustentável, qual seja, aquele que atende aos anseios e necessidades das gerações atuais sem comprometer as gerações futuras.

O grande mérito dessa idéia é a tentativa de resolver as contradições entre crescimento econômico, distribuição de renda e a necessidade de conservar os recursos ambientais, não só em benefício das atuais gerações como também das futuras. Mas, como pensar no ‘bem estar das gerações futuras’, se a geração

atual passa por privações de alimentos, energia, segurança, emprego, saúde e outras?

O conceito de desenvolvimento sustentado, conforme o já citado documento “Nosso Futuro Comum”, tem três vertentes principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, induzindo um “espírito de responsabilidade comum” como processo de mudança no qual a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas de desenvolvimento tecnológico deverão adquirir sentidos harmoniosos (Amâncio & Gomes, 2001).

Entretanto, ao se falar em desenvolvimento sustentável, se assume, novamente, um modelo único de desenvolvimento, ainda que se preocupe com a natureza e o uso de formas alternativas de energia, sendo que o que se visa, na realidade, geralmente, é o acúmulo de riqueza.

De fato, o desenvolvimento sustentável é uma nova proposta, mas mantém um caráter positivista, pois continua alimentando a idéia de que há um certo grau de desenvolvimento a se atingir. Diegues (2001) propõe, assim, que se pense em sociedades sustentáveis, tendo em mente que cada sociedade se organiza de maneira diferente e, por isso, deve se estruturar em termos de uma sustentabilidade própria, de acordo com sua cultura e suas necessidades.

De acordo com essa perspectiva, cada sociedade pode definir seu padrão de consumo e de sustentabilidade e as pessoas passam a ser agentes e não objetos do desenvolvimento. Quando se pensa em desenvolvimento sustentável do turismo, carrega-se automaticamente esse pressuposto, com todas as críticas que sofre. No entanto, se se pensar o turismo dentro da concepção antropológica de que cada sociedade tem seus modelos próprios, pode-se, finalmente, elaborar uma forma de turismo adequada à realidade de cada país e, principalmente, à realidade do Brasil. O que se percebe, muitas vezes, no planejamento do turismo é um modelo pronto, que as consultorias transportam para as diversas regiões as quais são objeto de seu trabalho. O importante é satisfazer os relatórios

internacionais, mas nem sempre as populações envolvidas têm suas necessidades satisfeitas. Cabe ao planejador de turismo e autoridades entenderem que a sustentabilidade é uma idéia e não um método pronto e ideal para qualquer situação. Perscrutando as especificidades de cada região, o planejamento terá objetivos distintos a serem atingidos e, conseqüentemente, maneiras muito específicas de se concretizar.

Ainda citando Amâncio & Gomes (2001, p. 59), na sua forma mais simples o ecodesenvolvimento significa transformar o desenvolvimento numa soma positiva com a natureza, propondo que tenha por base o tripé: justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica. A qualidade social é medida pela melhoria do bem-estar das populações despossuídas e a qualidade ecológica pela solidariedade com as gerações futuras. Já o aspecto econômico é medido pelo ganho monetário e pela melhoria da qualidade de vida que ele oferece.

Para que o turismo se desenvolva de maneira que se preserve sua atratividade, ou seja, para que, ao longo do tempo, seus atrativos continuem intactos e motivando a vinda de turistas, é necessário muito cuidado no planejamento. Para isso, deve ser elaborado um detalhado plano de desenvolvimento turístico, que é entendido, conforme pensamento de Ruschmann (1997), como uma ordenação das

“ações do homem sobre o território e ocupar-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade”.

Com o sucesso da realização do planejamento, as vantagens se refletem das mais variadas formas: o emprego de mão-de-obra em geral ocupada na produção de bens e serviços aumentará consideravelmente, fazendo crescer a rentabilidade de famílias de menor poder aquisitivo; a necessidade de mão-de-obra especializada, com a prestação de serviços diretos ao consumidor como

guias, recepcionistas, recreacionistas e outros, incentivará a população local a se profissionalizar. Com a movimentação dos turistas, o setor gastronômico, como restaurantes, lanchonetes e supermercados/‘mercearias’, terá a oportunidade de expandir seus empreendimentos.

Os benefícios associados ao turismo, numa economia bem planejada, são conseqüências da cooperação e coordenação dos setores público e privado. Os governos devem realizar a construção de obras de infra-estrutura fundamentais ao desenvolvimento do turismo e, por sua vez, a iniciativa privada deve oferecer serviços turísticos de qualidade.

## **2.5 Circuito turístico: importância e conceituação**

Os circuitos turísticos são a soma de diferentes produtos turísticos disponíveis em uma dada região. Para Grazioni (2004), a função dos circuitos é a estruturação do conjunto de elementos que formam o sistema turístico (atrativos, equipamentos e serviços, infra-estrutura). Diante da enorme variedade de atrativos oferecidos pelos municípios e regiões, faz-se necessária a organização dos mesmos, segundo suas características e peculiaridades. Dessa maneira, é possível, inclusive, direcionar seu roteiro a uma demanda específica, garantindo a satisfação dos turistas.

Ao se decidir sobre o destino de sua próxima viagem, o turista leva em consideração todo o conjunto que compõe uma localidade e não um produto turístico isoladamente, para que tenha sua satisfação, seu “desejo” realizado. Daí a importância de se formar a imagem do local como um destino, como uma “marca” que irá representar não apenas produtos e serviços, mas, principalmente, a experiência que pode ser vivida ali.

No Brasil, a organização dos municípios para a atividade turística tem ocorrido de forma espontânea e informal, sem planos, diretrizes ou estratégias

definidas. Geralmente, a organização dos “circuitos” (que na verdade são roteiros turísticos) fica a cargo de agências de turismo que reúnem os diversos atrativos de municípios contíguos, formatam um pacote e oferecem aos turistas. Só que estas agências não detêm o conhecimento técnico e científico que envolve um circuito, como a participação da população local, da administração pública e da iniciativa privada na gestão do mesmo, em que os principais problemas diretamente relacionados a esta população (investimentos em áreas prioritárias) e ao desenvolvimento do município terão um real valor e as devidas providências serão tomadas em menor espaço de tempo, pois é de interesse dessa mesma população a solução destes problemas para que o turista continue a visitá-los e a gerar renda e emprego.

Ainda de acordo com Graziloni (2004), os circuitos turísticos representam hoje uma grande alternativa para que municípios de pequeno e médio porte possam se organizar e explorar suas belezas naturais e culturais, bem como sua produção agropecuária, artesanal e outros, garantindo dessa forma a inclusão social e, principalmente, uma alternativa para a geração de renda.

Assim sendo, Minas Gerais é detentora de um grande território com proporções continentais. Tem suas dez regiões organizadas em 47 circuitos turísticos, que contam com uma variedade de atrativos que vão desde cidades históricas a estâncias hidrominerais, das grutas às montanhas, do turismo de negócios ao ecoturismo, podendo agradar a todos os gostos.

De acordo com a EMBRATUR (2004), o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que disponibilizou cerca de R\$6 milhões para investimentos, propõe o ordenamento da atividade turística no Brasil com ênfase no planejamento integrado e no desenvolvimento regionalizado. Ele tem como objetivo principal transformar as ações centradas na unidade municipal numa política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, planejar e

coordenar, de forma articulada e compartilhada, o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional. Em Minas, o programa de regionalização do turismo é incentivado pelo Secretário de Estado de Turismo, Herculano Anghinetti, por meio dos circuitos turísticos. Hoje, são 47 circuitos, abrangendo pouco mais de 500 municípios. Ainda este ano, o Secretário de Turismo pretende anunciar a criação ou a agregação dos outros municípios, dentro da meta do governador Aécio Neves de fazer do turismo “a mola-mestra da economia mineira”, conforme mencionado pela EMBRATUR, em seu site.

Os planejamentos e a sustentabilidade do turismo em específico terão maior e melhor probabilidade de acerto e de recebimento de verbas, federais ou não, bem como um maior desenvolvimento sócio-econômico e cultural se forem formatados dentro de um circuito turístico, por inúmeros fatores, dentre os quais pode-se destacar:

- atenderá a uma gama maior de municípios;
- ressaltará uma participação maior da população;
- influenciará uma maior participação da área privada, em investimentos;
- como inclui vários municípios, será mais fácil conseguir linhas de crédito específicas;
- diminuição dos gastos de divulgação e tantos outros.

Os circuitos turísticos representam hoje uma grande alternativa para que municípios de pequeno e médio porte possam se organizar e explorar suas belezas naturais e culturais, bem como sua produção agropecuária, artesanal e outros, garantindo dessa forma a inclusão social e, principalmente, uma alternativa para a geração de renda.

Embora necessite da participação efetiva do poder público, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), o papel da iniciativa privada é fundamental, pois, na verdade, os circuitos turísticos são formas de organização social. Dessa forma, acredita-se que a solução para o desenvolvimento

municipal, sem onerar a máquina administrativa, seja a formatação do circuito turístico.

Mas, o que vem a ser, realmente, um circuito turístico?

Ele compreende um conjunto de municípios com relativa proximidade em determinada área geográfica, caracterizado pela predominância de certos elementos da cultura, da história e da natureza, com possibilidades de atrair e seduzir turistas. No entender de Brandão (2001, p. 7),

“o Circuito Turístico é uma forma de inovação de organização social, sem fins lucrativos, de caráter privado, embora conte com a participação dos três níveis de governo: municipal, estadual e federal. Não se trata de uma associação micro-regional de prefeitos. Ele pressupõe o envolvimento do poder público, da iniciativa privada, de organizações não governamentais (ONG's) e de diversos outros agentes que atuam na atividade turística”.

A formação de um circuito pressupõe a identidade e o associativismo entre esses municípios que, na verdade, se consorciam para somar os atrativos, equipamentos e serviços turísticos, com o objetivo de enriquecer a oferta turística, ampliar as opções de visita e a satisfação do turista, com conseqüente aumento do fluxo e da permanência dos visitantes naquela área geográfica, gerando trabalho, renda e qualidade de vida.

Para que ocorra a necessária integração regional entre os municípios de um mesmo circuito, vias de acesso compatíveis são imprescindíveis à complementaridade entre os atrativos, os meios de transporte, os equipamentos e os serviços e para o fortalecimento da cadeia produtiva do setor turístico.

É também indispensável a existência, no conjunto de municípios que integram um circuito turístico de, pelo menos, uma cidade com infra-estrutura necessária para acolher os turistas e estes, a partir dela, poderem se deslocar para outros pontos de visitação do circuito.

O local que possui potencial turístico pode desenvolver a atividade turística, proporcionando, assim, benefícios para a localidade, tais como a valorização cultural, a geração de renda, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento da infra-estrutura básica e turística. Porém, é necessário que seja feito um planejamento turístico da região; de outra forma, o crescimento desordenado da atividade poderá gerar problemas e impactos negativos, pois, segundo Trigo (1998, p. 25), *“a exploração irracional, baseada exclusivamente nas regras de mercado, pode trazer prejuízos irreparáveis a regiões geográficas e a grupos humanos”*.

O tipo de organização social que representa um circuito turístico é a associação que congrega os municípios a ele pertencentes. O circuito turístico é, portanto, uma associação juridicamente constituída, formada, por, pelo menos, um representante de cada município participante. Essa associação tem direção própria e é coordenada por um gestor. Além disso, é focada na implementação de atividades que objetivam o desenvolvimento turístico dos municípios que a integram e amparada por empresas públicas e privadas que se dedicam ao turismo.

Dentro da área econômica, percebido como “cluster econômico”, pode ser entendido também como “circuito econômico”, se observadas algumas das suas conceituações:

- “uma forma mais ampla de atuação em rede, na qual **a proximidade das empresas e instituições assegura certas formas de ações em comum e incrementa a frequência e o impacto das interações**. Funcionando bem, um ‘cluster’ move -se de uma hierarquia rígida para transformar-se numa porta aberta a inúmeros envolvimento e conexões entre pessoas, empresas e instituições, sempre repetidas, constantemente modificadas e muitas vezes expandidas para outras industrias relacionadas” (Vilela, 1999, p. 36);

- de acordo com Porter (1998), são **concentrações geográficas de organizações e instituições de um certo setor, abrangendo uma rede de indústrias inter-relacionadas e outras identidades importantes para a competitividade;**
- **“o ‘cluster’ é inerente a toda economia e indústria e um cluster ativo oferece muitos benefícios competitivos** para grandes e pequenas firmas. O ‘cluster’ é uma rede de funções conectadas; são atividades que se inter-relacionam numa cadeia industrial de valor; é uma aglomeração geográfica de diferentes atividades” (Lall, 1998, p. 18).

Conforme salienta Haddad (1999) (e isso bate diretamente com a visão que se pretende dar), a essência do desenvolvimento de clusters é a criação de capacidades produtivas especializadas dentro de regiões para a promoção de seu desenvolvimento econômico, ambiental e social.

Transportando esses conceitos da área econômica para a área turística, obter-se-á a mesma relação: só que turisticamente, conforme explicitado abaixo.

Circuito turístico é um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, por meio da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional (definição contida no Decreto Lei 43.321, assinado pelo Governador Aécio Neves em 08 de junho de 2003 que institucionalizou os circuitos turísticos).

De acordo com o relatório das atividades realizadas pela Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais (SETUR-MG) (2002),

“os circuitos compreendem determinada área geográfica, caracterizada pela predominância de certos elementos da cultura, da história e da natureza, que são forte elemento de sedução para o viajante, além da identidade entre os municípios que se consorciaram para complementar os atrativos e equipamentos turísticos com objetivo de ampliar o fluxo e a permanência dos turistas, com conseqüente geração de emprego e renda”.

A construção da política pública de turismo iniciou-se ouvindo e interagindo com as bases locais. Não se pode pensar em ações ou projetos turísticos, elaborados e executados por pessoas que não conhecem a fundo o local onde serão implementadas essas ações. A satisfação do turista se dá por meio da interatividade com a comunidade local, com sua cultura, gastronomia e hospitalidade. Então, como não envolvê-la no processo de gestão e desenvolvimento do turismo? Conforme salienta Irving (2002, p. 36), *“a resistência ao processo participativo parece ter sua explicação na cultura institucional brasileira e na percepção política de ‘participação’ como divisão de poder das esferas instituídas”*.

A participação da comunidade local é o que garante a sustentabilidade do processo diante das discontinuidades políticas. A participação social no processo de tomada de decisões constitui o mais importante pré-requisito à sustentabilidade e legitimidade de todo e qualquer projeto planejado e implementado sob a denominação conceitual de sustentável.

Outro aspecto de grande importância que não deve ser renegado é o da participação da comunidade no processo de desenvolvimento turístico, que se dá por meio da divisão de responsabilidades: os autóctones se permitem compreender o papel do estado, do setor privado e o seu próprio papel, assumindo assim suas respectivas responsabilidades.

De acordo com Molina (2003, p. 59), sobre o “pós-turismo”, a descentralização e a participação são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento turístico deste milênio:

“A descentralização das decisões contribui para um verdadeiro desenvolvimento do turismo, para a criação de estruturas de comunicação complexas, que impliquem as responsabilidades e os direitos de todos aqueles que se julgam ou são afetados pelo desenvolvimento turístico. A descentralização facilita um enfoque integral, mais apto para detectar, recolher, processar e concretizar

idéias e conceitos que desemboquem em inovações estruturais, funcionais e de produtos turísticos”.

A proposta para formatação dos circuitos turísticos foi construída e lançada de forma participativa: sua implementação também se dará da mesma forma. Fica a cargo dos municípios a decisão de participar ou não do processo. Os municípios interessados passarão, então, a se reunir para discutir a melhor forma de organização.

Os municípios pertencentes aos circuitos podem ser classificados em: centros turísticos e unidades turísticas. Os centros turísticos são os municípios pólos, onde a cadeia produtiva do turismo é mais completa e que possuem o maior número de equipamentos turísticos, como hotéis, restaurantes, lanchonetes, serviços, comércio, aeroportos, rodoviária, postos de informação turística, acesso fácil e que exercem influência dos municípios do entorno.

As unidades turísticas são os municípios menores, que possuem atrativos naturais e culturais, que podem ser explorados, mas não oferecem a infra-estrutura necessária para abrigar e atender os visitantes. Na maioria das vezes oferecem, no máximo, um ou dois atrativos distintos, o que não estimula a permanência prolongada dos turistas.

É esta inter-relação entre os centros turísticos e as unidades turísticas que é responsável pela dinâmica dos circuitos. É o que se pode chamar de “complementaridade”.

### **2.5.1 Características, funções e atividades dos circuitos turísticos**

Os circuitos turísticos podem ser caracterizados, segundo a SETUR-MG (2002), da seguinte maneira:

- aspectos geográficos: região geográfica limitada com características culturais, físicas e sociais que criam uma sensação de identidade regional;
- aspectos multitemáticos: os circuitos oferecem uma diversidade enorme de atrativos, pois os municípios têm características distintas (rural, ecológico, saúde, eventos, religioso, negócios, cultura, gastronomia e outras)
- aspectos da oferta diversificada de infra-estrutura e serviços: possuem infra-estrutura turística variada e com diversas opções de preços. Os centros turísticos possuem equipamentos e serviços mais sofisticados, enquanto as unidades turísticas são mais rudimentares nesse quesito (hotéis, pousadas, albergues, restaurantes, postos de informação turística, sinalização turística etc.);
- aspectos da demanda diversificada: possuem demanda variada e atendem a todas as classes sociais, de acordo com as características locais. Em sua maioria, os turistas são domésticos e a localização estratégica cria condições favoráveis para visitação de pessoas de diversas partes do país.

De acordo com a SETUR-MG (2002), os circuitos turísticos deverão exercer fun es e atividades, que são:

- promover a integra o e a participa o social das comunidades locais, gerando troca de experiências e conhecimentos para a elabora o do planejamento turístico regional;
- sensibilizar a comunidade local para a importância do turismo como atividade econômica do município;
- diminuir as distâncias burocráticas entre os municípios e o Estado;

- mobilizar a sociedade local no sentido de engajamento, educação, hospitalidade e na compreensão da atividade turística;
- induzir a conscientização dos autóctones para preservação dos patrimônios históricos, culturais e ambientais;
- promover a integração econômica por meio das ações compartilhadas da iniciativa privada regional, potencializando o receptivo local;
- promover a integração entre governos e empresários;
- assegurar reserva de mercado para mão-de-obra local;
- elaborar plano de marketing e promoção da região;
- interagir com instituições diversas de ensino, capacitação profissional e terceiro setor, possibilitando parcerias lucrativas nos diversos setores do turismo;
- auxiliar na proposição de novas oportunidades de negócios para os investidores;
- reunir e disponibilizar dados e informações sobre a região;
- dinamizar a comunicação entre os diversos setores envolvidos na cadeia produtiva do turismo regional;
- canalizar demandas por melhorias na infra-estrutura turística regional.

São considerados pré-requisitos essenciais para se implementar um cluster turístico:

1. vontade de promover mudanças e/ou inovações;
2. ter a presença de lideranças locais comprometidas;
3. contar com certa infra-estrutura;
4. densidade sócio-institucional;
5. quantidade e qualidade dos atrativos locais;
6. capacidade para alavancar ações coletivas.

## **2.5.2 Resultados da organização dos municípios em circuitos turísticos**

Organizados dessa forma, espera-se que os circuitos turísticos mostrem os seguintes resultados:

- potencialização da oferta dos atrativos, equipamentos turísticos e serviços da região;
- aumento da competitividade em relação a outros destinos;
- aumento da taxa de permanência dos turistas e conseqüentemente da renda gerada pela atividade na região participante;
- geração de novos postos de trabalho e empregos;
- geração de renda;
- integração da sociedade civil com o governo;
- fortalecimento político da região;
- preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental;
- melhoria na qualidade de vida da população local;
- diminuição dos custos da promoção turística criando condições para o desenvolvimento de novos produtos e serviços;
- participação ativa e direta das comunidades locais nas decisões sobre os rumos do desenvolvimento turístico na região.

Para se perceber a importância da atividade turística e dos circuitos turísticos, tomar-se-á como exemplo o estado de Minas Gerais: na gestão 1999-2003 da Secretaria de Estado do Turismo, foram organizados mais de 40 circuitos turísticos, envolvendo mais de 400 municípios diretamente. É tão séria esta discussão que o Governador Aécio Neves, por meio do Decreto 43321/2003, de 08/05/2003, dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos, e através da Resolução n.º 007/2003, institui o “Certificado de

Reconhecimento dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais”. Daí, nota-se o quão importante, econômica e socialmente, é a participação de um município no circuito turístico.

## **2.6 Arranjo produtivo local (APL)**

Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia (2003), em seu site, os arranjos produtivos locais

‘podem ser entendidos como aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, que apresentam, real ou potencialmente, vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem”.

Se se tomar por base a definição dada pelo SEBRAE (2004), o arranjo produtivo local (APL) tem como característica a existência de aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal. Para que isso possa ocorrer, é preciso considerar a dinâmica do território em que essas empresas estão inseridas, tendo em vista quantidade de postos de trabalho, faturamento, fatores de mercado, potencial para crescimento e diversificação, entre outros aspectos.

A idéia de território não se exprime apenas na sua dimensão material ou concreta. Território é um campo de forças, uma ‘teia’ ou rede de (inter) relações sociais que se projetam num determinado espaço, onde a dimensão constitutiva é econômica por definição, apesar de não se restringir apenas a ela, mas também à sociedade a que ela pertence.

Assim sendo, o APL compreende um recorte do espaço geográfico delimitado (parte de um município, conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras e outros) que possua sinais de identidade coletiva, sejam eles sociais, culturais, econômicas, políticas, ambientais ou históricas.

Um APL deve objetivar o desenvolvimento local, articulando, orientando e apoiando projetos de desenvolvimento que contribuam para aumentar a competitividade entre cadeias produtivas e empresas que atuam em segmentos da produção com forte potencial dinamizador das expectativas da população autóctone.

Ao incentivar processos locais de desenvolvimento, é importante ter em mente que: qualquer ação nesse sentido deve facilitar a conexão do *arranjo* com os mercados; a sustentabilidade, por meio de um padrão de organização que se mantenha por longo tempo e a promoção de um ambiente de inclusão de micro e pequenos negócios em um mercado com distribuição de riquezas. Não se deve esquecer da elevação do capital social por meio da promoção e a cooperação entre os atores do respectivo território.

Além do mais, é preciso observar a democratização do acesso aos bens públicos, como educação, saúde, preservação do ambiente, a valorização do patrimônio histórico-cultural, a interação com outros atores – locais e ou não, a mobilização de recursos públicos e privados disponibilizados e a atração de recursos públicos ou privados complementares aos aportados pelos atores locais.

Atualmente, a existência de diversos sistemas de produção regionalmente concentrada vem demonstrar que a dimensão de local está assumindo uma importância cada vez maior no processo de desenvolvimento. Por isso, a noção de território é fundamental para a atuação dos APL's. No Brasil, levando-se em consideração suas dimensões territoriais, a heterogeneidade espacial da economia e a existência de marcantes desigualdades inter e intra-regionais, torna-se cada vez mais necessária a implementação de ações que fomentem o desenvolvimento local.

Geralmente, a visão que sustenta a maioria das ações é a de que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico. O Brasil precisa responder ao seu maior desafio, que é o de aprofundar a democracia e erradicar a

pobreza, combinando crescimento econômico com redução da desigualdade. Nota-se que a atividade turística é um dos melhores meios para que isso aconteça, pois o turismo é um agente capilar de distribuição de renda, da região rica para a região pobre, do país rico para o pobre.

De acordo com o SEBRAE (2004),

‘empresas dinâmicas e eficientes terão mais chances de florescer sustentavelmente quando as condições sociais, culturais, ambientais, físico-territoriais e político-institucionais forem adequadas’.

A organização dos municípios em APL's constitui-se em uma importante fonte geradora de vantagens competitivas duradouras, principalmente quando estas vantagens são construídas a partir do enraizamento de capacidades produtivas e inovadoras. No entanto, nem todas as aglomerações indicam esse caminho. A experiência brasileira demonstra que a dinâmica dos arranjos não se reduz apenas à presença de um certo número de pequenos negócios operando em certos níveis de proximidade espacial.

Parte-se do pressuposto de que existe um conjunto de variáveis que, uma vez mobilizadas por redes locais, empresários e outros atores, possibilitarão transformar essa proximidade espacial numa melhor inserção competitiva e - por que não - sustentável no mercado. As potencialidades, vocações e oportunidades, as vantagens comparativas/competitivas de cada arranjo é que orientarão a mobilização das redes locais na busca de um projeto de desenvolvimento que resulte no aumento – sustentável - da competitividade das empresas.

A manutenção da estabilidade macroeconômica é condição *sine qua non* para que essas transformações necessárias possam se dar. É preciso progredir além, evitando relançar modelos do passado, nos quais o desenvolvimento se reduziu ao crescimento da acumulação e concentração do capital – em detrimento do bem-estar do conjunto da população, do meio ambiente, do

equilíbrio das contas externas, do poder de compra da moeda e da própria democracia. Não adianta, dessa forma, investir no desenvolvimento de iniciativas empresariais sem levar em conta outros pressupostos do desenvolvimento, como, por exemplo:

- o capital humano: os conhecimentos, habilidades e competências da população local, as condições e a qualidade de vida;
- o capital social: os níveis de confiança, cooperação, reciprocidade, organização social e empoderamento da população local;
- o uso sustentável do capital natural.

Trata-se, portanto, de implementar ações que busquem “induzir” ou promover o surgimento de atores sociais habilitados a protagonizar as mudanças políticas, econômicas e sociais que irão provocar um processo de desenvolvimento endógeno e sustentável, integrado aos eixos dinâmicos da economia local e externa.

Como forma de promover a inclusão social pela via do empreendedorismo, deve-se investir nos territórios que apresentem baixa densidade empresarial, baixa especialização produtiva e baixo dinamismo econômico e social. Mas essa não será a condição necessária para que isso ocorra. O objetivo principal será o incremento do desenvolvimento local, ou seja, a constituição, a construção e o fortalecimento das redes de atores locais capazes de liderar estes processos de mudança.

Municípios dinâmicos e eficientes terão mais chances de florescer sustentavelmente quando as condições sociais, culturais, ambientais, físico-territoriais e político-institucionais forem adequadas. Sendo assim, os processos de desenvolvimento integrados e compartilhados com redes locais (empresariais, sociais e institucionais) somente “vingarão” onde essas condições forem levadas em conta da mesma forma que a dimensão econômica.

No marco teórico que fundamenta essa visão, percebe-se a convergência de, pelo menos, duas importantes correntes do pensamento contemporâneo: por um lado, a que enfatiza a noção de capital social como um conjunto de recursos capazes de promover a melhor utilização dos ativos econômicos pelos indivíduos e pelas empresas; por outro, a que privilegia a dimensão territorial do desenvolvimento e que insiste na idéia de que a competitividade é um atributo do ambiente, antes mesmo de ser um trunfo de cada município ou empresa.

Organizando-se como unidades isoladas e completamente sem integração, os pequenos negócios terminam por reproduzir a forma de funcionamento de grandes empresas, porém, sem vislumbrar suas principais vantagens, que são: a capacidade de gerar economias de escala, de investir em inovação produtiva e gerencial e contar com profissionais qualificados. É preciso, então, que se promova o estabelecimento de novas formas de organização e de ação junto aos pequenos negócios, de forma a superar as deficiências oriundas do porte e do isolamento.

Neste contexto, recebem maior destaque as ações destes arranjos produtivos locais, cuja percepção atual é de que são necessárias ações orientadas para a constituição e o fortalecimento do locus, objetivando o fortalecimento da cooperação. Estes arranjos podem ser entendidos como aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, que apresentam, real ou potencialmente, vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem.

## **2.7 Paradigma teórico sobre cluster, arranjo produtivo local e circuito turístico**

Qual a finalidade de haver diversas definições a respeito de cluster, arranjo produtivo local e circuito, se todos têm o mesmo objetivo? Será

modismo? Se for analisada no anseio de incentivar processos locais de desenvolvimento, de facilitar ‘conexões’ e minimizar burocracias e custos, acredita-se que seja questão de modismo essas diferentes definições.

Analisar-se-ão, com certa profundidade, os objetivos “por trás” de cada definição. Pela definição proposta pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) (2000, p. 12), um cluster é

“...um conjunto de empresas e entidades que interagem, gerando e capturando sinergias, com potencial de atingir crescimento competitivo contínuo superior ao de uma simples aglomeração econômica. Nele, as empresas estão geograficamente próximas e pertencem à cadeia de valor de um setor industrial. Essa interação das empresas gera, entre outros benefícios, redução dos custos operacionais e dos riscos apresentados, aumento da qualidade dos produtos e serviços, acesso à mão-de-obra mais qualificada, atração de capital, criação de empreendedores e melhor qualidade de vida.”

Neste caso, deve-se levar em consideração a citação de Beni (2003), que afirma que:

“em mercados abertos os aspectos microeconômicos – aqueles referentes aos padrões de concorrência das diversas atividades da cadeia produtiva – são fundamentais, reforçando a dimensão espacial. É essa característica do processo concorrencial que vem abrindo espaço para as políticas de formação de “clusters”.

Então, Beni (2001) faz entender que “*cluster é o esforço, mobilização e engajamento, da sociedade e das instituições de uma região no arranjo produtivo local para a consolidação de seu desenvolvimento sustentável*”.

Na compreensão de Lopes Neto (1998, apud FIEMG, 2000, p. 18),

“cluster é um grupo econômico constituído por empresas instaladas em uma determinada região, líderes em seus ramos, apoiadas por outras que fornecem produtos e serviços, ambas sustentadas por organizações que oferecem profissionais qualificados, tecnologias de ponta, recursos financeiros, ambiente propício para os negócios e infra-estrutura física. Todas essas organizações interagem, ao proporcionarem umas às outras os produtos e serviços de que necessitam, estabelecendo, desse

modo, relações que permitem produzir mais e melhor, a um custo menor. O processo torna as empresas mais competitivas”.

Santos Silva (2004) salienta que o modelo de cluster, na concepção de Porter, de enfoque marcadamente empresarial e microeconômico, caracterizado pela presença de grandes indústrias, de dimensão nacional e com elevada amplitude espacial e alto nível de agregação, não se aplica apropriadamente ao turismo e não pode ser considerado como uma estratégia de desenvolvimento regional. O agrupamento que tem o turismo como atividade nuclear, com foco no destino turístico entendido como um microcluster e que apresente as características de delimitação da amplitude geográfica de seu entorno, delimitação da abrangência territorial do próprio agrupamento, delimitação do segmento turístico principal e dos seus subsegmentos, bem como do próprio mercado alvo, pode ser qualificado como um cluster de turismo que reúne as condições de modelar estratégias e promover o crescimento e o desenvolvimento de microrregiões ou zonas turísticas.

Desse modo, o microcluster constitui o modelo viabilizador do alcance e sustentação do desenvolvimento regional, como resultado da interação entre a função de especialização – o turismo e o território – do destino turístico e seu entorno próximo.

Um arranjo produtivo local (APL) é caracterizado pela existência da **aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal**. Isso dá a idéia de uma organização econômica, interessada em diminuição de custos e uma melhor distribuição de produtos. Ainda na visão do MCT (2003), estes arranjos produtivos locais podem ser entendidos como

‘aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, que apresentam, real ou potencialmente, vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem”.

A definição dada pela SETUR-MG (2002) para um circuito turístico é a seguinte:

‘um conjunto de municípios com potencial turístico e **relativa proximidade** em determinada área **geográfica**, caracterizado pela predominância de certos elementos da cultura, da história e da natureza’.

Os circuitos turísticos representam, hoje, uma grande alternativa para que municípios de pequeno e médio porte possam se organizar e explorar suas belezas naturais e culturais, bem como sua produção agropecuária, artesanal e outros, garantindo, dessa forma, a inclusão social e, principalmente, uma alternativa para a geração de renda.

Acredita-se que se trata de uma questão de semântica sofrida pelas diferentes posições de análise, seja do lado econômico, social ou organizacional. E, se realmente for esta a questão, poder-se-á adotar também o conceito de pólo turístico, como mencionado em “Turismo...” (2004), que corresponde a

‘um grupo de municípios contíguos que têm recursos turísticos complementares e/ou concorrentes, que concordam em desenvolver conjuntamente suas capacidades de gestão dos municípios e de gerenciamento dos fluxos turísticos’.

O pólo, assim definido, pode incorporar uma ou mais zonas turísticas, que, por sua vez, são consideradas como a ‘região que abrange áreas urbanas e rurais, áreas de proteção ambiental e outros atrativos físicos, ecológicos e culturais de importante apelo turístico’, sendo contempladas, ainda, características de proximidade geográfica e homogeneidade temática ou motivacional entre os municípios de uma zona turística e entre zonas de um pólo turístico.

### 3 METODOLOGIA

Para embasar o presente trabalho e averiguar se o desenvolvimento de um município é ou não influenciado por sua inclusão em um circuito turístico, realizou-se uma amostragem não probabilística, por meio de uma pesquisa com questionários de questões abertas (semi-estruturadas), pois, de acordo com Alencar (2000, p. 58), as perguntas são padronizadas, mas as respostas ficam a critério do entrevistado, ou seja, é o seu discurso. Ainda citando Alencar (2000), quando um pesquisador utiliza o método survey para coleta de informações, ele tem em mente testar uma hipótese e generalizar os resultados deste teste para uma população.

A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso na medida em que busca analisar em profundidade as variáveis relacionadas ao mercado turístico. O estudo de caso é considerado um tipo de análise qualitativa e, segundo Laville & Dione (1999, p. 157),

‘tal estudo bem conduzido não poderia se contentar em fornecer uma simples descrição que não desembocasse em uma explicação, pois, como sempre, o objetivo de uma pesquisa não é ver, mas, sim, compreender’.

A vantagem dessa estratégia é a possibilidade de aprofundamento que oferece, pois os recursos se vêem concentrados no caso visado.

O autor da presente pesquisa não negligencia que existam críticas ao estudo de caso, conforme a salientada por Alencar (2000, p. 67), de que ele não permite generalizações devido à sua pouca representatividade e conseqüente incapacidade de encontrar todas as dimensões de um fenômeno em um único contexto.

O estudo de caso é a escolha de um objeto a ser estudado e pode ser um programa ou projeto de desenvolvimento em que está envolvida uma pluralidade

de atores sociais de distintas organizações, desempenhando diferentes ações, de acordo com Alencar (2000, p. 66). Dessa forma, optou-se por um estudo de caso numa perspectiva histórica, pois os estudos incidem sobre um objeto específico, ao longo de um período determinado de tempo, relatando seu desenvolvimento. Este estudo basear-se-á em entrevistas com pessoas que tenham estado relacionadas com o objeto da pesquisa.

Entretanto, o que se pretende, na realidade, é verificar se a possibilidade de desenvolvimento do município se faz presente ou não após a inclusão em um circuito turístico e, tomando este com exemplo, cogitar a viabilidade de outros também obterem seu desenvolvimento sócio-econômico e ambiental. Tem-se plena consciência de que cada município tem sua realidade e o que ocorre em um não deverá, necessariamente, acontecer em outro. Mas, os problemas encontrados, as soluções obtidas, o *modus* operacional e como se deu o envolvimento da população poderão servir de exemplo para outros que queiram sair da inércia, agregando valor às suas atividades diárias e conseguir se mostrar para o país, oferecendo à sua população uma melhor qualidade de vida.

Dessa forma, a amostra da pesquisa constituiu-se de 67 pessoas, tendo como público alvo a população urbana, a população rural, turistas e órgãos públicos de São Roque de Minas, com o intuito de descobrir o enfoque deste trabalho. Os dados da pesquisa foram coletados nos meses de janeiro e abril de 2004, quando foram aplicados os questionários semi-estruturados.

#### **4 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: SÃO ROQUE DE MINAS, MG**

São Roque de Minas localiza-se na região centro-oeste de Minas Gerais, com altitudes variando de 1.071 a 1.485 m. Os municípios limítrofes são Medeiros, Tapiraí, Sacramento, Delfinópolis, São João Batista do Glória, Vargem Bonita, Piumhi e Bambuí. Para melhor localização, vide FIGURAS 1, 2 e 3. O índice médio pluviométrico anual é de 1.426,3 mm e temperaturas médias variando entre 14,6C° a 28,5°C. Apresenta uma topografia em que 30% de seu território é plano, 30% ondulado e 40% montanhoso.

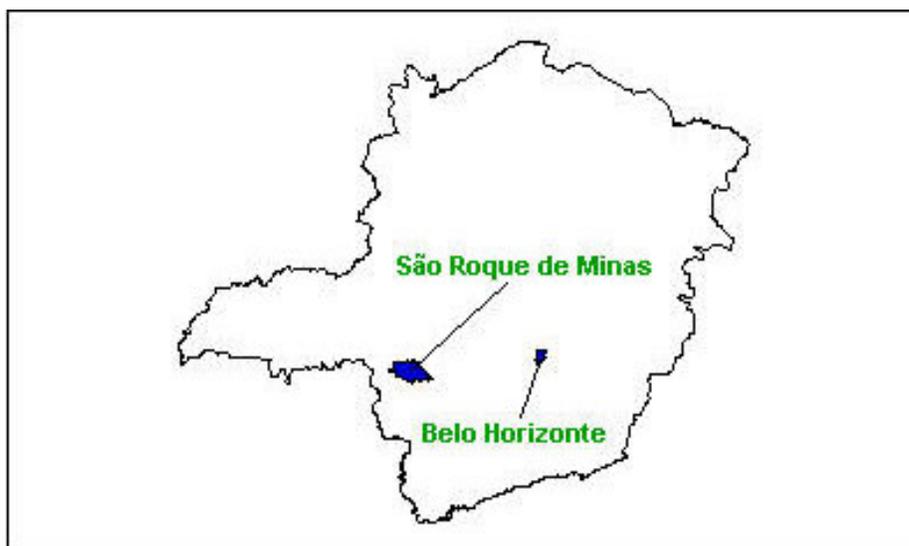


FIGURA 1 Localização do município de São Roque de Minas, MG.  
Fonte: IGA (Instituto de Geociência Aplicada) em 10/05/1999

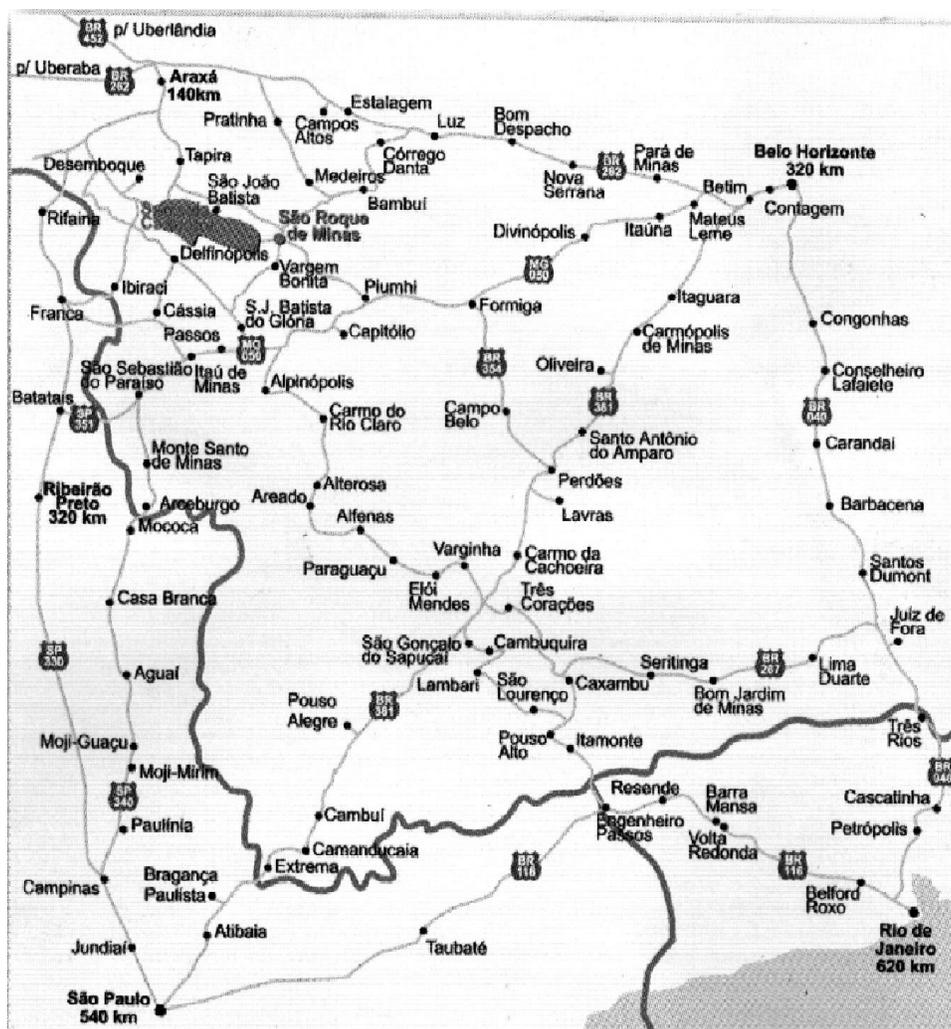


FIGURA 2 Localização regional do município de São Roque de Minas e do Parque Nacional da Serra da Canastra.

Fonte: folder do município de São Roque de Minas.

De acordo com a Secretaria da Cultura, os primeiros habitantes do município foram os índios cataguases e, em seguida, os negros dos quilombos, expulsos por Diogo Bueno da Fonseca, em 1758. Novos habitantes, mestiços e brancos, chegaram das minerações decadentes. O povoado surgiu em 1762, com

a construção da capela em louvor a São Roque, construída a mando de Manoel Marques de Carvalho, considerado o fundador da cidade.

Em 1858, Belarmino Rodrigues de Melo doou as terras para o patrimônio da futura cidade que recebeu, inicialmente, o nome de São Roque. O distrito foi criado em 1842 e elevado à categoria de município, desmembrando-se de Piumhi em 1938, com a denominação de Guia Lopes, em homenagem a José Francisco Lopes, natural da região e guia das tropas brasileiras durante a célebre “Retirada da Laguna”. No plebiscito realizado em 1962, a população escolheu o nome de São Roque de Minas para seu município.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000), a área do município de São Roque de Minas é de 2.100,7 km<sup>2</sup>. Suas principais atividades econômicas são a agricultura e a pecuária, que serão analisadas posteriormente e vem se destacando também no cenário turístico, pois 80% do Parque Nacional da Serra da Canastra, criado em 1972 como área de preservação permanente, pertencem ao município, constituindo um expressivo ponto turístico. Sua população é de 6.352 habitantes (IBGE, 2000), com densidade demográfica de 3,02 hab/km<sup>2</sup>. Possui um hospital com 40 leitos; nas emergências ou necessidade de tratamentos mais elaborados, os pacientes são encaminhados a Piumhi, distante 62 km.

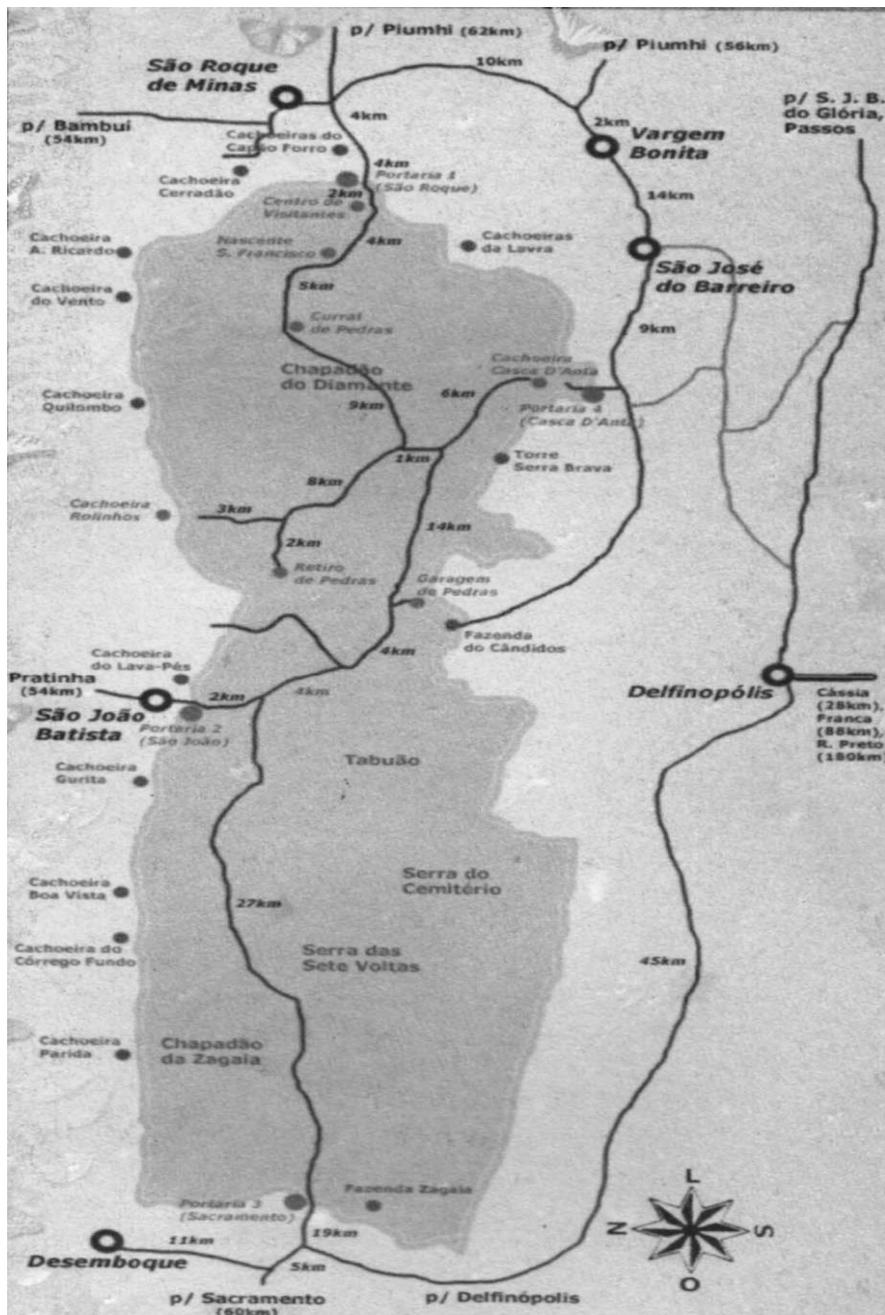


FIGURA 3 Localização do Parque Nacional da Serra da Canastra (sombreado).  
 Fonte: folder do município de São Roque de Minas.

De acordo com o IBGE (2000), a população residente de São Roque de Minas sofreu um declínio, conforme mostra a tabela abaixo:

TABELA 1 Evolução da população de São Roque de Minas, no período de 1970-2000

<b>ANOS</b>	<b>URBANA</b>	<b>RURAL</b>	<b>TOTAL</b>
1970	1.658	5.485	7.143
1980	2.417	4.028	6.441
1991	2.755	3.568	6.323
2000	3.728	2.598	6.326
2002 (1)	-	-	6.352

Fonte: IBGE (2000); (1) Dados preliminares

Acredita-se que, o decréscimo da população esteja associado ao fato de os jovens procurarem “melhores meios de vida” após concluírem o ensino médio, incentivados pelos pais.

Atualmente conta com uma população de 6.352 habitantes, conforme informação fornecida pela Agência de Desenvolvimento de São Roque de Minas (ADESROQUE). Da população economicamente ativa (PEA) de São Roque de Minas, era a seguinte a ocupação por setores econômicos, em 2000:

TABELA 2 População economicamente ativa, por setor da economia, em São Roque de Minas, 2000

<b>Setores</b>	<b>Número de pessoas</b>
Agropecuária, extração vegetal e pesca	1.551
Serviços	876
Industrial	392
Comércio de mercadorias	352
<b>Total</b>	<b>3.174</b>

Fonte: IBGE (2000)

A prestação de serviços ocupa aproximadamente 27% dessa população, podendo-se concluir ser significativa a necessidade deste setor por prestadores ‘mais especializados’, principalmente na atividade turística, visto a quantidade de unidades habitacionais dos hotéis, pousadas ou pensões, e lugares em restaurantes disponibilizados a partir da segunda metade da década de 1990, pelo aumento da demanda turística.

O município de São Roque de Minas, até a data do presente levantamento, possui 10 hotéis/pousadas/pensões – a distinção turística não é usada pelos proprietários dos mesmos - na área urbana e 1 hotel na área rural e possui 5 restaurantes. Dos hotéis/pousadas/pensões, 5 foram implantados a partir de 1995 e 2 restaurantes foram inaugurados a partir de 1997.

Outro percentual da mão-de-obra (48,9%) é usado na agropecuária e na extração vegetal (cultivo de café), que exigem uma dedicação sazonal. Os principais produtos agrícolas, explorados no município estão discriminados na Tabela 3.

TABELA 3 Principais produtos agropecuários produzidos no município de São Roque de Minas, 2000

<b>Produto</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Produção (t)</b>	<b>Rendimento médio (kg/ha)</b>
Abacaxi (1)	9	144	16.000,00
Arroz em casca sequeiro	20	40	2.000,00
Arroz em casca várzea úmida	10	30	3.000,00
Cana-de-açúcar	30	1.500	50.000,00
Café	2.122	2.292	1.080,11
Feijão (1ª safra)	50	45	900,00
Feijão (2ª safra)	72	65	902,78
Laranja* (1)	20	400	20.000,00
Milho	1.300	5.850	4.500,00

Fonte: IBGE (2000) – com adaptações

(1) Produção em mil frutos e rendimento em frutos/há. \* 06 laranjas = 1kg

Todos os produtos selecionados na Tabela 3 são de produção sazonal. Cabe, aqui, uma indagação: o que fazer quando não for época de colheita desses

produtos? Tem-se que “procurar” outra forma de manter o sustento da família. A produção de leite tende a diminuir na seca e, com isso, a produção de queijos cai e o rendimento familiar idem.

Acredita-se que o turismo foi inserido como forma de se manter o rendimento estável, quando a produtividade da agricultura não convém aos parâmetros de subsistência familiar. Pelos dados da Tabela 3 percebe-se que a maior parte da produção agrícola se concentra no café, que é de produção sazonal, ou seja, emprega mais pessoas em determinada época do ano. Denota-se que é difícil a atividade agrícola mecanizada por causa da topografia e também por causa do solo, que é fraco, necessitando de adubação química.

O Produto Interno Bruto (PIB), relativo aos setores agropecuário, industrial e de serviços, a preços correntes, pode ser visualizado na Tabela 4.

TABELA 4 Evolução do PIB por atividade econômica, São Roque de Minas, (em reais \$) 2000

<b>ANO</b>	<b>AGROPECUÁRIO</b>	<b>INDÚSTRIA</b>	<b>SERVIÇO</b>	<b>TOTAL</b>
1996	9.163	2.874	5.639	17.676
1997	10.394	3.380	6.911	20.685
1998	10.266	4.778	7.879	22.923
1999	12.953	7.031	8.137	28.121
2000	12.303	8.704	10.569	31.576

Fonte: Fundação João Pinheiro (2003)

Houve um pequeno crescimento do PIB agropecuário de 1996 para 2000; no caso da indústria, o PIB quase que triplicou, porém, ainda se mantinha atrás do agropecuário. Na prestação de serviços ele apresenta um aumento exponencial mais célere, com ganhos mais frequentes e maiores.

De acordo com dados fornecidos pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) (2002), o consumo de energia elétrica de 1997 a 2001 foi distribuído (CEMIG, 2002), conforme dados da Tabela 5.

TABELA 5 Consumo de energia elétrica no município de São Roque de Minas, de 1997 a 2001, em KWh

CLASSE	1997	1998	1999	2000	2001
<b>Industrial</b>					
consumo (KWh)	76440	124820	169896	187520	175148
n° consumidores	17	18	21	22	21
<b>Comercial</b>					
consumo (KWh)	369940	378928	425311	500937	530638
n° consumidores	162	174	194	209	235
<b>Residencial</b>					
consumo (KWh)	1396958	1511484	1573843	1659776	1484924
n° consumidores	1100	1182	1264	1329	1371
<b>Rural</b>					
consumo (KWh)	471071	538735	622323	764101	780209
n° consumidores	235	275	326	368	411
<b>Outros</b>					
consumo (KWh)	689568	723559	632937	588962	522746
n° consumidores	58	62	63	64	64
<b>Total</b>					
consumo (KWh)	3003977	3277526	3424310	3701296	3493665
n° consumidores	1572	1711	1868	1992	2102

Fonte: CEMIG (2002)

O número de consumidores e de consumo de energia elétrica na classe comercial teve um aumento constante, denotando o aumento do comércio local, seja ele qual for. Percebe-se que o número de consumidores residenciais urbanos não demonstrou um aumento substancial. Já os consumidores rurais mostraram um aumento de quantidade de consumidores e também de consumo, talvez pela partilha da terra entre membros das famílias ou pela adequação dessas propriedades rurais à tecnologia, como ordenha mecânica, ‘resfriadores’ de leite (o caminhão coletor passa pelas propriedades de dois em dois dias, para recolher o leite) ou, ainda, pela melhoria da qualidade de vida desses produtores, que assim puderam adquirir produtos da linha branca com ganhos adicionais promovidos pela atividade turística.

Em 1991, conforme o IBGE, em São Roque de Minas havia 1.705 domicílios, sendo 789 urbanos e 916 rurais; em 2000 eram 1.957 domicílios, sendo 1.173 urbanos e 784 rurais.

De acordo com dados fornecidos pelo técnico local da EMATER (2004) de São Roque de Minas, obtidos por entrevista, o município possui 1.250 propriedades rurais, sendo 90% consideradas pequenas propriedades; 5% médias e 5% grandes. Segundo o mesmo técnico, é considerada pequena propriedade aquela que possui até 4 módulos rurais, ou seja, 140 hectares; de 141 a 210 hectares será considerada como média e acima de 211 hectares como grande propriedade.

A noção que se tem de grande, de média ou de pequena propriedade não é numérica ou estatística; não se pode estabelecer, pelo número de hectares, se uma propriedade é grande ou pequena. Em áreas pouco povoadas ou de condições climáticas e de uso de solo desfavoráveis, como na Amazônia ou no semi-árido brasileiro, por exemplo, a propriedade pode ter centenas ou milhares de hectares e nenhuma condição de promover o sustento, em níveis de vida razoáveis, de uma família, enquanto que em zonas onde há irrigação e a proximidade de centros consumidores permite o desenvolvimento de uma rendosa agricultura, esta mesma propriedade seria considerada grande.

A análise dos resultados do cadastro realizado em 1992 indica que o Brasil é um país onde predomina a grande propriedade, conforme pode ser observado no Quadro 1, se for levada em consideração a área ocupada.

QUADRO 1 Distribuição da propriedade no Brasil, 1992.

<b>Propriedades</b>	<b>Número</b>	<b>Área ocupada (ha)</b>
Grandes propriedades	87.594	187.762.627
Médias propriedades	249.423	65.963.185
Pequenas propriedades	893.440	52.453.538
Minifúndios	1.939.441	26.184.660

Fonte: INCRA: Atlas Fundiário Brasileiro (1996)

Pela análise do Quadro 1, percebe-se que a maioria das propriedades brasileiras em 1992 (61,2%) corresponde a minifúndios, se for se basear em quantidade de propriedades e não em área ocupada. O INCRA define o tamanho das propriedades baseando-se em quantos módulos rurais ela possui; é importante salientar que esse ‘padrão’ muda de região para região. Não é difícil responder o que seja módulo rural, nem especificar sua dimensão. Albuquerque Filho (2000), citando a Lei 4504/64, conhecida como o ‘Estatuto de Terra’, define o módulo rural como

“o imóvel rural que, direta e pessoalmente, explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros.”

Pode-se, dessa maneira, deduzir que o módulo rural é a menor parcela de fracionamento do solo rural, levando-se em conta vários critérios objetivos que permitiriam ao trabalhador extrair deste módulo o seu sustento, bem como o de sua família, absorvendo-lhe toda a força própria de trabalho. Portanto, o tamanho do módulo rural deverá levar em conta a produtividade e os custos de produção em cada região do país. O módulo rural, no direito agrário brasileiro, tem as seguintes características:

1. é uma medida de área;

2. é a área fixada para a propriedade familiar;
3. varia em conformidade com o tipo de exploração;
4. varia também de acordo com a região do país em que se acha localizado o imóvel rural;
5. implica um mínimo de renda, que deve ser identificada, pelo menos, com um salário mínimo;
6. a renda deve assegurar ao agricultor e à sua família não somente a subsistência, porém, deve propiciar o progresso social e econômico;
7. é uma unidade de medida agrária que limita o direito de propriedade da terra rural.

Pela definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (1980), o módulo rural é derivado do conceito de propriedade familiar e, em sendo assim, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico. Definir o que seja propriedade familiar é fundamental para entender o significado de módulo rural.

O inciso II, do art. 4º, da Lei 4504/64, citada por Albuquerque Filho (2000), define como "Propriedade Familiar" o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantido-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros.

Graziano (2003) acredita que um dos maiores defeitos, senão o maior, da legislação agrária brasileira está na conceituação do que seja módulo rural. O módulo corresponde ao tamanho mínimo da propriedade no campo, **suficiente para garantir o progresso do agricultor e sua família**. É o parâmetro básico para dividir a terra, garantindo um sítio ideal para cada família.

Áreas menores que o módulo rural tornam-se incapazes de gerar progresso: surge o minifúndio. Maiores, podem se transformar em empresa rural. Acima de 600 módulos, configura o latifúndio por dimensão. Assim estabelecia o Estatuto da Terra, em 1964. Esses conceitos estão ultrapassados e não devem servir como parâmetros para uma sustentabilidade humana. Cabe ao INCRA fixar, para cada município, a dimensão do módulo rural que, no caso de São Roque de Minas, equivale a 35 hectares.

Com o avanço tecnológico, as limitações naturais da produção foram sendo extintas. Antigamente, quando a produção rural estava se iniciando, sem uso de máquinas nem insumos químicos, sem melhoramento genético, a terra era o fator fundamental. Quanto mais, melhor. Hoje, acabou a relação direta entre tamanho da área e rentabilidade. Pensa-se mais na forma de adquirir renda com o máximo de preservação ou agregando outros valores como é o caso do turismo. Analisando o tamanho das propriedades e da produção, com dados do Censo Agropecuário de 1996, fornecidos pela Fundação IBGE/MG (1996), Agência de Piumhí, MG, em 14/05/2004, o número de estabelecimentos agropecuários em São Roque de Minas era de 969.

QUADRO 2 Quantidade e tamanho das propriedades rurais em São Roque de Minas, 1996

Grupo de área total (em ha)	Nº de propriedades	Área total (ha)
Menos de 1 .....	0	0
De 2 menos de 5 .....	23	87,60
De 5 menos de 10 .....	38	290,78
De 10 menos de 20 .....	88	1377,53
De 20 menos de 50 .....	287	9753,34
De 50 menos de 100 .....	249	17565,57
De 100 menos de 200 .....	185	26081,35
De 200 menos de 500 .....	89	27386,79
De 500 menos de 1.000 .....	9	5856,54
De 1.000 menos de 2.000 .....	1	1050,00

Fonte: IBGE (1996)

Deve-se notar que 89,8% dos estabelecimentos agropecuários de São Roque de Minas (representando 870 propriedades) estão inseridos no que é denominado como pequena propriedade, mantida com o trabalho familiar, por não poderem dispor de recursos monetários para a aquisição de tecnologia, mesmo porque sua produção não é tão grande ou tão especializada. Há exceções. Para se definir o percentual de pequenas propriedades foram levadas em consideração as que possuem menos de 200 hectares, observando que o módulo rural em São Roque de Minas é de 35 hectares. Quanto à utilização de terras, têm-se os seguintes dados:

**QUADRO 3 Formas de utilização da terra em São Roque de Minas, 2004**

<b>Utilização das terras:</b>	<b>Nº de propriedades</b>	<b>Área (ha)</b>
Lavouras permanentes	281	831,61
Lavouras temporárias	714	3953,64
Pastagens naturais	906	51654,78
Pastagens artificiais	837	23306,73
Matas naturais	513	3906,28
Matas artificiais	126	514,47
<b>Pecuária – 31/12/2003</b>		
Rebanho bovino:	49.105 cabeças	
Vacas ordenhadas	12.921 cabeças	
Leite produzido	17.368.150 litros	

Fonte: IBGE (2004)

Como mostram os dados do Quadro 3, a área dedicada às lavouras temporárias é muito grande, o que torna difícil para os produtores/moradores locais, para manterem seu sustento e o de suas famílias, tendo que se equilibrar entre culturas sazonais, propriedades pequenas e ainda com solos pobres, com pouca tecnologia por causa do relevo montanhoso, falta de emprego após a colheita, etc.

Nesse caso, o turismo foi inserido como alternativa ou como solução para estes problemas? Se foi como alternativa, como começou? Por iniciativa de

quem ou de qual órgão? Se foi como solução, estará dando certo? Até que ponto o poder público local apóia e investe nisso? E a iniciativa privada, como tem se posicionado?

Para se obter um embasamento, ou melhor, algumas respostas, para essas dúvidas, o presente trabalho buscou identificar como o circuito turístico influenciou (se isso realmente aconteceu) o fomento dessa economia e a preservação ambiental do município em questão.

Assim sendo, foi realizada uma pesquisa com o intuito de se tipificar as atividades produtivas e ou turísticas no município como forma de se perceber se o turismo e suas atividades correlatas aparecem como alternativa ou solução para essa população, urbana e rural, quando a produção agropecuária não se encontra “em alta”.

Seguem-se as respostas obtidas e uma análise de cada item da pesquisa.

## **4.1 Resultados obtidos nas entrevistas**

### **4.1.1 População urbana**

A amostragem da entrevista foi realizada de maneira aleatória e foram ouvidas no total de 24 pessoas, entre donos de pousadas, hotéis, campings, restaurantes e moradores. Dessas, 12,5% (3 pessoas) tinham idade entre 15 e 25 anos; 33,5% (8) com idade entre 36 e 45 anos e 55,5% (13) com 46 anos ou mais. Com relação à escolaridade, 8,5% (2) têm o ensino fundamental, 33,5% (8) têm o ensino médio, 46% (11) têm curso superior e 12,5% (3) são pós-graduados. As profissões variam de ex-fazendeiro, jornalista, advogada, funcionário público, professora de ensino médio, ex-professora da PUC, empresários oriundos de São Paulo e de São Roque de Minas, além de moradores oriundos da própria cidade.

Foi aplicado um questionário com questões semi-estruturadas, abordando os entrevistados de forma aleatória. Não houve gravação das entrevistas, sendo os dados processados manualmente.

Perguntou-se aos entrevistados se eles tinham conhecimento do que é um circuito turístico. As respostas revelaram que 18 entrevistados (ou 75%) sabem o significado, 3 (12,5%) sabem mais ou menos (“*está entrando na área agora*”) e 3 (12,5%) desconhecem o que significa.

Como a maioria dos entrevistados conhece o significado de circuito turístico, não significa que saibam da importância da atividade turística; falta inculcar neles e nos outros uma visão de interdependência, de rede de atuação, com a finalidade de fazer-lhes compreender sua própria importância e de seu envolvimento no todo dessa atividade.

A pergunta seguinte foi se tinham conhecimento do fato do município de São Roque de Minas pertencer a algum circuito turístico e qual. A maioria, 75% (18 pessoas), disse saber de qual circuito São Roque de Minas participa: o ‘da Serra da Canastra’, oficialmente, há mais ou menos quatro meses e o ‘da Nascente das Gerais’, sem precisar o tempo. As demais respostas foram: 12,5% (3) que não sabem de qual Circuito, mas acham que cada cidade “*puxa o circuito para seu lado*”; 12,5% (3) disseram não saber.

Percebe-se que, como a inclusão oficial se deu há pouco tempo (extra-oficialmente, já participa há mais tempo), a população ainda não tem conhecimento do envolvimento municipal.

Cabe salientar que fazem parte do Circuito da Canastra os municípios: Araxá, Bambuí, Campos Altos, Ibiá, Medeiros, Perdizes, Pratinha, Sacramento, São Roque de Minas, Tapira e Tapiraí, que são cidades da região mineira do Alto do Paranaíba.

A região mineira que vai do Lago de Furnas à Nascente do São Francisco, na Serra da Canastra, guarda uma diversidade de tesouros ecológicos.

É nela que se situam os municípios que compõem o Circuito ‘Nascentes das Gerais’: Capetinga, Capitólio, Cássia, Claraval, Delfinópolis, Doresópolis, Fortaleza de Minas, Ibiraci, Itaú de Minas, Passos, Piumhi, São João Batista do Glória, São José da Barra, São Roque de Minas e Vargem Bonita.

São duas microrregiões distintas em termos de topografia, de diversidade ecológica, mas com um mesmo interesse, político ou não: participar de um circuito turístico. Tanto um circuito quanto outro são ‘jovens’ para se perceber um retorno em termos turísticos. Fica claro que o município de São Roque de Minas participa dos dois circuitos. Jogada política dos empreendedores do município? Parece que sim, pois se um deles investe mais que o outro, o município ganha de qualquer forma. Deve-se levar em conta que tal ação não é prejudicial. E há também o fator de abrangência de ‘captação’ de turistas: participando de dois circuitos, as macro-regiões de divulgação turística dos dois circuitos será maior.

Perguntou-se aos entrevistados se, na opinião deles, o fato de passar a pertencer a um circuito turístico havia propiciado um maior desenvolvimento ao município de São Roque de Minas. A maioria, 45,5% (11 pessoas) disse que sim, alegando ter aumentando o número de hospedarias e restaurantes na cidade e que o SEBRAE ajudou bastante, com mídia. Para 33,% (8) ainda não é possível ver qualquer melhoria pois a inclusão é um fato recente e que não está efetivamente funcionando porque não se decidiu ainda em qual circuito está. Duas pessoas não responderam, alegando desconhecer o significado de circuito turístico.

Perguntou-se, então, em que profundidade este fator é considerado importante para o entrevistado. As respostas foram: muito importante para 46% (11 pessoas), pouco importante para 22% (5) e sem importância para 22% (5).

Os que responderam que é muito importante explicaram os motivos: melhoria de vida (entrada de dinheiro), aluguel de casas para turistas e o desenvolvimento de São Roque e de outras cidades. Alguns entrevistados afirmaram que não dá retorno porque o turista não vem pelo circuito e sim pela mídia feita em cima do Rio São Francisco e do Parque. Outros pesquisados disseram que falta apoio dos órgãos públicos, principalmente da prefeitura, nas ações de captação de turistas. Dois entrevistados não responderam à pergunta.

Quando indagados se esse fator de captação de turistas tem sido explorado no município e como, 67% (16 pessoas) dos pesquisados afirmaram que ele tem sido explorado pela iniciativa particular, que cuida do turismo (“a prefeitura não ajuda em nada”). Além disso, a população local está sabendo ganhar com o turismo e que houve maior circulação monetária, valorização dos imóveis e geração de mais empregos; 12,5% (3) disseram não ter muita consciência de como está sendo explorado no município, mas que tem sido explorado (“o turismo tem muita importância, mas tem muita coisa a ser feita”). Nota-se, perfeitamente, que a inclusão ‘mexeu’ com a economia dos atores locais, proporcionando melhoria de vida e circulação monetária; isso baseando-se na captação de turistas realizada, em grande parte, pela iniciativa particular, que não dispõe de investimentos e assessoria do setor turístico para essa realização; ou seja, se a forma de captação fosse realizada por profissionais, o município de São Roque de Minas teria melhores e maiores condições de se adequar para captar, receber e oferecer um retorno aos turistas. Dos 24 entrevistados, 20,5% (5) não responderam à pergunta.

Com relação ao apoio dos órgãos públicos para que a atividade turística ganhe impulso no município, 79,5% dos pesquisados (19 pessoas) responderam que não e explicaram os motivos: “a prefeitura não tem dinheiro para investir”; “falta de interesse, a administração pública do poder local (prefeito) é inoperante”; “não existe Secretaria de Turismo, nem placas de sinalização”;

*‘há ocasiões em que não foi tomada nenhuma iniciativa, as estradas estão em péssimas condições, falta orientação e respaldo dos órgãos; falta de informação, de consciência da importância do turismo’.*

Do ponto de vista dos entrevistados, o número de turistas aumentou após a inclusão: 58% (14 pessoas) disseram que aumentou muito, 12,5% (3) disseram que aumentou pouco e 12,5% (3) disseram que aumentou, mas não foi em decorrência do Circuito. Para outros 17% (4), não fez diferença porque *“talvez ainda não tenha dado tempo”* de se ter esses dados quantificados e se perceber os resultados.

Claro está que o Parque Nacional da Serra da Canastra e a nascente do Rio São Francisco exercem grande fascínio na mídia e os habitantes locais, tanto quanto o Circuito, devem aprender a tirar proveito desta situação em benefício da comunidade local. É plausível que se dê tempo ao circuito para que ele se ‘fixe’ e se torne realmente um instrumento de captação de turistas, com procedimentos de divulgação e marketing em torno da atividade turística.

Aos entrevistados foi solicitado enumerar os elementos motivadores do aumento do número de turistas em São Roque de Minas. Os mais lembrados foram:

- a inclusão no circuito, por causa da divulgação;
- a maioria tem consciência da preservação ambiental;
- os turistas vêm para acabar com o estresse (principalmente os paulistas);
- as cachoeiras são belezas únicas (são 34 cachoeiras com mais de 40 metros de altura).

QUADRO 4 Razões para o aumento do número de turistas, na visão da população urbana de São Roque de Minas, por número de menções

Belezas naturais	P.N.Canastra	Fazendas	Preservação ambiental	Inclusão no circuito
3	1	5	4	2
2	3	4	5	1
2	1	4	3	5
1	2	4	3	5
1	3	4	2	5
1	2	4	3	5
2	1	5	4	3

Buscou-se saber se a economia local tem sido beneficiada pelo aumento de turistas. Um dos ramos beneficiados é o comércio, incluindo lojas, hotéis e fazendas. Para 75% dos entrevistados (18 pessoas), houve aumento do movimento e poderia haver ainda mais: *“os turistas não compram mais porque não tem oferta (o artesanato ainda é muito pobre); os produtos mais adquiridos são queijos, doces, aguardente e algum artesanato”*. Verifica-se que a movimentação turística no município de São Roque de Minas influencia decisivamente na rotatividade monetária, por isso os participantes diretos têm interesse em que a atividade continue a se desenvolver, pois seu ganho é mais rápido.

Do ponto de vista da população urbana, foi indagado se existem obstáculos que impeçam ou dificultem um desenvolvimento maior do município e, se existirem, quais seriam estes obstáculos. Trinta e três por cento dos entrevistados (8 pessoas) responderam que existem muitos obstáculos, 12% (3) responderam que existem obstáculos em quantidade razoável e a maioria, 55% (13), afirmou que existem poucos obstáculos.

Dos que responderam muitos obstáculos, ressaltaram como obstáculos: estrada de acesso, sinalização, falta de informativos (folders), aluguel de carros muito caro, falta de opções de lazer noturno, falta de divulgação, a parte hoteleira ainda não tem pessoas habilitadas; há 7 anos a cidade não era nada em

termos de turismo e mudou com a visita do ex-presidente da república, Fernando Henrique Cardoso.

Os que responderam razoavelmente, mencionaram a falta de interesse dos órgãos públicos, estradas de acesso, “*o povo da cidade não é preparado para o turismo (as pessoas não gostam do Parque)*” e falta de coesão dos envolvidos em turismo.

Entre os que responderam poucos, os obstáculos apontados foram: falta de fiscalização (desmatamentos/queimadas); “*se com estrada de terra já se destrói, com asfalto será pior*”; estrada ruim; “*se não tivesse prefeito seria melhor*”; a administração municipal é inoperante em relação ao turismo; acesso por estradas de terra e conservação precária das mesmas; falta de empreendedores e de conscientização da comunidade; sem torre para telefonia celular; falta de caixas eletrônicos.

Como em qualquer município que está iniciando na atividade turística, alguns elementos podem impedir o seu desenvolvimento, mas, se o poder público local dá apoio às opiniões da população, estes obstáculos poderão ser dirimidos ou tornar-se inexistentes. Na presente pesquisa, percebeu-se que o poder público “é inoperante” em relação aos obstáculos vislumbrados. Cabe ressaltar também que alguns destes obstáculos poderiam ser facilmente superados pela união da iniciativa privada.

Perguntou-se se esses obstáculos têm recebido a devida atenção dos órgãos públicos e como essa atenção tem sido dada. A maioria dos entrevistados, 88% (21 pessoas) respondeu que não ou muito mal: “*o restante do asfalto que liga Piumhi a São Roque de Minas é promessa política, para o DER vir tapar os buracos é uma ‘trabalheira’ (dificuldade)*”; “*a cidade não comporta tantos turistas*”; “*falta interesse: quem aluga as casas quer somente o dinheiro e não dá o retorno aos turistas (alugam casas mofadas, sujas), não tem consciência do produto oferecido*”; “*a prefeitura não ajuda em nada, tem de haver*

*participação do poder público*”. Para 12% (3) dos respondentes, alguns problemas têm recebido a atenção, mas não especificaram quais são estes problemas.

Sem a participação do poder público local é quase impossível o desenvolvimento de um município, seja em que área for. Principalmente no turismo, que tem impacto direto ou indireto em 52 áreas da economia, essa participação se torna um fator decisivo no momento de se pensar desenvolvimento. A maioria dos investimentos deve ser captada e gerida pelo poder público, que poderá ter sua administração de forma participativa, desonerando a impossibilidade de se atender a todos os habitantes do município, visto que haverá uma maior interatividade entre os locais e o governo municipal na resolução dos problemas.

Os entrevistados foram indagados se recebem apoio dos órgãos públicos nas ações que proporcionem melhorias para o município. Para 75% dos entrevistados (18 pessoas), não há qualquer tipo de apoio por parte da Prefeitura, a não ser no aspecto burocrático. Disseram que, *‘com a implantação do SEBRAE é que as coisas irão melhorar’*. Contudo, 12,5% dos entrevistados (3) afirmaram que a Associação Comercial e a Cooperativa de Crédito Rural de São Roque de Minas (SAROMCREDI) dão apoio para a produção de fôlderes e de placas e ajudam até a tampar buracos, enquanto a prefeitura não faz nada. Outros 12,5% (3) afirmaram que a administração é bem ruim e que *‘o lado humano do prefeito é muito bom, mas o administrativo deixa a desejar.’*

Buscou-se saber, na perspectiva dos entrevistados, se houve alguma ação para incluir a população local nas atividades turísticas no município. Para 33% (8 pessoas), essa ‘inclusão’ restringe-se à divulgação pelos meios de comunicação e à noção de que, com o turismo, os moradores poderiam fazer alguma coisa para ganhar dinheiro. Outras respostas foram: para 19% (4), o turismo poderia agregar valor às atividades tradicionais; 12,5% (3) responderam

que a acolhida da população influenciou na vinda de turistas; 12,5% dos entrevistados (3) acreditam que não foi feito nada: “*nem IBAMA nem prefeitura não fazem nada; a cidade está crescendo de qualquer maneira, sem planejamento*”; 8% responderam (2) que foram ministrados cursos com o apoio do SEBRAE; 8% dos entrevistados (2 pessoas) afirmaram que não foi feito nada, pois “*o interesse é só no dinheiro*” e 7% dos entrevistados (2) responderam que foram feitas palestras e que a “*Associação Comercial criou a Diretoria de Turismo*”.

Nessa mesma linha de inclusão, os entrevistados revelaram que foram oferecidos alguns cursos, como o de fabricação e padronização de queijos, dado pela EMATER, e ministrados pelo SEBRAE nas áreas de inter-relações pessoais, de atendimento ao público, de informações turísticas, de hotelaria, de guia de turismo e sobre o meio ambiente. Foram citados também cursos oferecidos pelo SENAR, SENAC e pela Associação Comercial de São Roque de Minas.

Fator importante para a abertura de novos negócios é a abertura de linhas de financiamento. Os entrevistados foram perguntados sobre terem conhecimento de alguma medida nesse sentido. A maioria dos entrevistados, 45% (11 pessoas), afirmou não saber se existe esse crédito e revelou que vários empreendimentos foram realizados com recursos próprios. Dos entrevistados, 33% (8) responderam afirmativamente, revelando conhecimento de financiamento pelo BDMG/BNDES, pelo Banco do Brasil e pela Cooperativa de Crédito Rural de São Roque de Minas. Os demais não demonstram conhecimento sobre o assunto.

#### 4.1.2 População rural

Foram realizadas 19 entrevistas com moradores da área rural, cuja faixa etária era variável: 33% (6 pessoas) tinham entre 15 a 25 anos; 33% (6) entre 26 e 35 anos e 34% (7) com 46 anos ou mais. Quando indagados a respeito da escolaridade, 33% dos entrevistados responderam possuir o ensino fundamental incompleto, 34% possuem o ensino médio incompleto e 33% concluíram o ensino médio.

Quando foi perguntado aos entrevistados se eles têm conhecimento do significado de circuito turístico, 33% responderam desconhecer o significado, 33% declararam que saber o significado e afirmaram que “*é o meio turístico*” e 34% dos entrevistados responderam que não têm conhecimento preciso do significado e que ainda estão aprendendo (“*peças de boa índole é que incentivam*”).

Percebe-se que a população rural é quase sempre excluída do processo de disseminação de informações pertinentes ao seu desenvolvimento, embora esteja diretamente envolvida no processo de desenvolvimento do município. Isso talvez se dê por essa população estar ‘à margem da zona urbana’ do município e as opiniões da mesma não serem levadas em consideração quanto ao aspecto da atividade turística, por não se encontrarem no foco da atividade, como no caso de hotéis e restaurantes.

Nesse mesmo sentido, indagou-se se eles sabem se o município de São Roque de Minas participa de algum circuito turístico e, caso positivo, qual seria. Todos os entrevistados responderam que têm conhecimento da participação de São Roque de Minas em um circuito e informaram qual era: o da Serra da Canastra.

Procurou-se saber dos entrevistados se houve desenvolvimento de São Roque de Minas após a inclusão no circuito. A maioria, 67% dos entrevistados

(13 pessoas), acredita que houve o desenvolvimento e um dos entrevistados chegou a afirmar que **“se São Roque parar com o turismo por 3 meses, a população vai mendigar”**. Outros disseram que **“o número de pousadas/hotéis aumentou muito de 5 anos para cá, as pessoas estão trabalhando, circulando mais dinheiro”**. Os outros entrevistados, 33% (6), acham que não aconteceu o desenvolvimento de São Roque de Minas e explicaram o motivo: **“o dinheiro do turista acaba voltando; sobre o emprego melhorou”**; querendo dizer, com isso, que o dinheiro que o turista gasta no município de São Roque de Minas acaba voltando para ele, turista, de forma indireta, pois os habitantes da cidade compram insumos de outras regiões ou cidades.

É nítida a importância que a população rural do município de São Roque de Minas, embora desconheça o significado de circuito turístico, dá ao turismo em si e ao que ele é capaz de gerar, caso não seja constantemente reciclado.

Procurou-se saber dos entrevistados se eles sabem em que profundidade este fator de desenvolvimento era importante. A maioria deles, 67% (13) afirmou que foi muito importante, pois **“São Roque tem outro ponto forte além da agricultura e do leite; já tem muita pousada e já estão faltando pessoas para ajudar a trabalhar”**. Os 33% restantes (6 pessoas) se manifestaram indiferentes e afirmaram que **“a cidade acaba melhorando um pouco”**.

Nota-se que as atividades diárias destes pesquisados não deixaram de ser completadas. Eles têm consciência do valor agregado exercido pelas atividades turísticas em suas propriedades, sem deixar de executar as tarefas diárias.

Quando indagados se esse fator de desenvolvimento tem sido explorado adequadamente no município, todos acreditam que sim, informando que **“alguns fazem para melhorar, outros para explorar [o turismo]; alguns deixam o gado para mudar para o turismo”**; **“se deixar a fazenda virar mato a gente ganha mais do que queimar e desmatar para plantar”**.

Neste ponto identifica-se a consciência de preservação ambiental como fator de atratividade e de importância para a propriedade e para seu dono, em lugar de desmatar para plantar ou atear fogo como forma de limpeza do terreno.

Ainda nessa linha de raciocínio, perguntou-se aos entrevistados se os órgãos públicos têm dado o apoio necessário para o desenvolvimento do município. As respostas foram: 33% (6 pessoas) dos pesquisados acreditam que os órgãos públicos dão pouco apoio e que *“estão começando agora”*; 36% dos respondentes (7) acreditam que o apoio é razoável, que *“a prefeitura de vez em quando ajuda”*, *“a EMATER e o Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA ajudam, dão apoio e conscientização”*. Para 31% (6), o apoio dado é muito e citaram como exemplo que *“com orientação técnica, deixam os produtores mais por dentro das coisas, dando assistência”*.

A interação entre órgãos públicos – salienta-se que isso não quer dizer unicamente a prefeitura local – e a população rural tem um respaldo no quesito de inter-relação de apoio, mas visando a área de agropecuária e não as atividades que tenham relacionamento direto com o turismo: os órgãos públicos fornecem cursos e dão apoio com assistência técnica em algumas áreas, como, por exemplo, no manuseio do gado leiteiro, na higiene e fabricação do queijo canastra e orientação no momento do plantio. Mas, de certa forma, esse apoio está, indiretamente, ligado ao turismo, pois com as melhorias feitas nas propriedades, na renovação do rebanho leiteiro e ou nos meios de acesso a essas propriedades, o turista tem como ‘chegar’ até as mesmas e consumir seus produtos.

Quando foi perguntado aos entrevistados se a quantidade de turistas em São Roque de Minas aumentou após a inclusão no circuito, todos responderam acreditar que sim *“por causa dos atrativos; para comprar queijos”* e que *“o pessoal está esquecendo de evoluir, mas a coisa (comércio) está mudando devagar”*.

QUADRO 5 Razões para o aumento do número de turistas, na visão da população rural de São Roque de Minas, por número de menções

Belezas naturais	P.N.Canastra	Fazendas	Preservação ambiental	Inclusão no circuito
<b>1</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>4</b>
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>3</b>

Foi solicitado aos entrevistados que enumerassem e explicassem os elementos motivadores desse aumento da quantidade de turistas em São Roque de Minas . Os mais citados foram:

- *“desde 1972 já tinha gente passeando por aí, mas a quantidade aumentou mais de uns 6 anos para cá”;*
- *“para fugir do stress, os turistas vêm mais nos feriados e carnaval; os que vêm no carnaval procuram voltar em outra época pois tem muita gente e eles procuram sossego”;*
- *“porque atrai muitos turistas, que melhoram o movimento financeiro; em época de carnaval/feriados eles vêm mais”.*

O grau de importância dado à “inclusão no circuito” se mostrou baixo, sendo, do ponto de vista dos entrevistados, as belezas naturais o que realmente atrai turistas a São Roque de Minas. Ou seja, estar ou não incluído em um circuito turístico não tem importância para os turistas, na percepção da população rural entrevistada. O que realmente atrai os turistas a São Roque de Minas são as belezas naturais, que foram ou são divulgadas mais pela mídia televisiva (por exemplo, reportagens do Globo Rural e Globo Repórter sobre tradições locais) do que pelo gestor do circuito. Mas é justamente isso que o Circuito deveria explorar, juntamente com a preservação ambiental.

Aos entrevistados foi perguntado se têm conhecimento se os turistas costumam adquirir produtos locais e onde os conseguem. A maioria afirmou que sim, tem conhecimento do fato e que os turistas realizam suas compras no

comércio local, nas fazendas ou pedem que os donos de pousadas façam a encomenda para eles. Com o dinheiro da venda dos queijos aos turistas, reinvestem na propriedade (em época de carnaval/feriado chegam a vender 80 kg de queijos a R\$5,00 para pousadas/turistas; em outras épocas, o preço cai a R\$3,20 e vendem para atravessadores, que ‘colocam’o valor que desejam no queijo).

Foi perguntado se, do ponto de vista da população rural, existem obstáculos que impeçam ou dificultem um maior desenvolvimento do município e, se existirem, quais são. As respostas foram: 64% (12 pessoas) acreditam que são poucos obstáculos e exemplificaram a *“falta de administração, o prefeito briga com os vereadores, “limpeza da cidade”, ‘ús estradas devem ser mais arrumadas”*; alguns acreditam que *“as coisas acontecem devagar: o asfalto agilizaria a chegada dos turistas, o acesso (estrada de terra) tem muitos buracos”*. Para 36% dos entrevistados (7 pessoas), existem muitos obstáculos e os principais deles são a *“falta de apoio dos órgãos públicos e a inveja dos outros (vizinhos de pousadas)”*.

É perceptível a ‘desobrigação’ dos proprietários de pousadas/hotéis em se unirem para efetuarem um planejamento para seus empreendimentos. Esse é, talvez, o fato mais importante pelo qual o Circuito da Canastra ainda não obteve um retorno para os investimentos turísticos realizados no município de São Roque de Minas. Explica-se: como obter engajamento e parceria nas atividades turísticas se não há união nas atitudes e nas realizações? Se cada empreendedor só ‘pensa’ e trabalha para si próprio, sem nenhuma manifestação de cooperação para com os outros empreendedores, que na visão deles são ‘concorrentes’? Também se faz presente o desinteresse do poder público local com as necessidades dos munícipes, como calçamento de ruas, melhoria nas estradas intra-municipais, investimento em divulgação de eventos do município e outros.

Quando perguntados se os obstáculos mencionados anteriormente recebem a devida atenção dos órgãos públicos e como tem sido dada essa atenção, a maioria dos respondentes, 68,5% (13 pessoas), afirmou que os órgãos públicos não dão a atenção que deveriam aos obstáculos citados, explicando que, por fatores políticos, a população perde muito em apoio dos órgãos públicos: *“se deixar o prefeito colocar cascalho nas estradas, pessoas de outro partido irão perder a política, porém em época de política é mais fácil”*; *“a intriga entre prefeitura e outros órgãos fazem a população ficar sem assistência”*; *“nós pagamos imposto mas não vemos retorno”*. Para 31,5% dos entrevistados (6 pessoas) existe, dos órgãos públicos, uma atenção na resolução de grande parte dos obstáculos, principalmente na limpeza (*“tem coleta seletiva e usina de tratamento de lixo”*), porém deixa a desejar na conservação das estradas intramunicipais. .

Perguntou-se aos entrevistados se os órgãos públicos dão apoio às ações que proporcionem melhorias para o município. Ampla maioria acredita que os órgãos públicos dão apoio, mas com algumas variações: para 36,5% (7 pessoas) a EMATER, o IBAMA e o IMA fazem visitas constantes, dando orientação na prevenção de incêndios, *“ha lida com o gado e com o café”*. Já 32% dos entrevistados (6 pessoas) afirmaram que recebem algum apoio, mas disseram que o mesmo é *“mais ou menos; está começando agora, com construção de casas populares”*; por divergências entre a câmara de vereadores e a prefeitura de São Roque de Minas, quem perde é a população, pois *“as autoridades locais não dão importância para as estradas”*. Os outros entrevistados, 31,5% (6 pessoas) afirmaram que apenas alguns órgãos dão apoio e disseram quais eram: a EMATER e o IMA; outros órgãos não dão pouco apoio: *“o pessoal do banco, por exemplo, só pensa neles e em quem tem dinheiro”* e que a *“parceria IMA/prefeitura local ajuda na vacinação do gado, visando melhoria da produção de leite”*.

Buscou-se saber se, do ponto de vista dos entrevistados, foi feita alguma ação para incluir a população de São Roque de Minas nas atividades turísticas. Para a maioria, 68,5% (13 pessoas), não houve nada em específico e que “*no geral, não foi feito nada: uma pessoa conversa com a outra e percebe que as coisas podem melhorar e com isso resolvem investir nessa área*”; “*as pessoas viram que estava dando dinheiro e resolveram investir e um puxa o outro*” e que, “*atualmente, tem mais gente de São Roque de Minas do que ‘estrangeiros’ investindo no turismo*”. Para 31,5% dos pesquisados (6 pessoas) não foi realizado nada e que “*a necessidade é a mãe da invenção: a precisão de ganhar dinheiro para melhorar de vida faz com que as pessoas criem e trabalhem mais*”.

Constata-se que a própria necessidade de ganho monetário influencia diretamente na objetivação de uma melhoria com o intuito de atender melhor ao turista. Percebe-se, também, que a iniciativa partiu dos proprietários, sem aconselhamento externo (a princípio) e o que é feito é de forma amadora, necessitando-se de um profissional ou entidade que dê suporte ou até mesmo indique providências para as melhorias a serem feitas, com isso capacitando melhor essa população no atendimento ao turista.

Quando foi perguntado aos entrevistados se eles tinham conhecimento da oferta de cursos para a população em geral e quem ou qual instituição ministrava tais cursos, a maioria, 73,5% (14 pessoas), afirmou que tem conhecimento, citando que a EMATER e o SEBRAE dão palestras sobre a produção de queijos, sobre a atividade turística e sua importância. Foi mencionado ainda que a Associação Comercial, juntamente com o SEBRAE e o SENAR, promove cursos na área rural, mas “*a prefeitura não tem ligação nem com um, nem com outro*”. A minoria, 26,5% (5 pessoas), afirmou que tem conhecimento da oferta de cursos, “*mas falta empenho das autoridades para incentivar as pessoas a participarem*”.

Para que se promova a abertura de novos negócios e empreendimentos, faz-se necessário que existam linhas de financiamento. Baseando-se neste tema, procurou-se saber dos entrevistados se eles tinham conhecimento da criação de linhas de financiamento e, em caso positivo, como eram essas linhas. Todos os entrevistados afirmaram que tinham conhecimento da existência de linhas de financiamento, mas fizeram algumas ressalvas: *“elas são direcionadas para algum projeto, como melhoria do rebanho, das casas de moradia e de comércio”*; *“as linhas de financiamentos existem, mas se o prefeito não ajudar com a melhoria das estradas, as pessoas não terão incentivo para fazer financiamento, com medo de não terem o retorno dos turistas”*.

#### **4.1.3 Turistas**

Foram entrevistados 18 turistas, dos quais 50% (9 pessoas) têm o ensino médio, 33% (6) têm o ensino fundamental e 17% (3) têm curso superior. As atividades detectadas entre os entrevistados foram desde a captação de alunos, técnico em computação, farmacêuticos, vendedores, profissionais liberais a fazendeiros e mecânicos. A faixa etária dos mesmos oscilou de 15 a 25 anos (17% dos entrevistados), de 26 a 35 anos (50% dos respondentes), de 36 a 45 anos (23%) e de 46 anos ou mais (10% dos respondentes). Todos do sexo masculino.

Indagou-se se os entrevistados tinham conhecimento do fato de São Roque de Minas pertencer a algum circuito turístico e, caso pertencesse, qual seria. A maioria, 65,5% (12 pessoas) respondeu que tinha conhecimento e citaram o Circuito da Serra da Canastra. Entre os entrevistados, 16% (3 pessoas) disseram que sabiam da participação de São Roque de Minas em um circuito, mas não sabiam precisar qual era e 18,5% (3 pessoas) afirmaram que o

município faz parte de dois circuitos, o ‘da Serra da Canastra’ e ‘Nascente das Gerais’, sendo o Circuito da Serra da Canastra o mais atuante.

Solicitou-se dos entrevistados que quantificassem as visitas realizadas e qual a periodicidade com que se realizavam as mesmas. Como para 34% (6 pessoas) do total dos respondentes era a primeira vez que visitavam o município, não se pode especificar a periodicidade. Das respostas obtidas, computaram-se somente as que apresentavam algum dado mensurável, de acordo com o objetivo da pergunta. Para a maioria dos entrevistados, 50% (6 pessoas), a visitação se dava de forma anual, para 34% (4 pessoas), a visitação ao município era de uma vez por semestre. Os outros 16% (2 pessoas) fazem mais de cinco visitas anuais, não especificando a periodicidade. Um destes já efetuou mais de 40 visitas a São Roque de Minas e costuma vir até 4 vezes por ano, sempre com a família.

Procurou-se saber dos entrevistados quais eram suas origens. Foram obtidas as seguintes respostas: 34% (6 pessoas) responderam ser de Franca, SP, 23% (4 pessoas) vieram de Divinópolis, MG; 10% são oriundos de Bambuí, MG e os 33% restantes de Arcos e de Araxá, ambas de Minas Gerais.

A atratividade do lugar e a receptividade dos munícipes, aliadas à divulgação por alguns programas de televisão (não pelo gestor do Circuito ou por influência do próprio Circuito), são fatores de relevância para o turismo local, influenciando os retornos freqüentes de cidadãos de municípios não contíguos ao de São Roque de Minas.

A maioria dos entrevistados, 78% (14 pessoas), revelou que as viagens de visitação ao município de São Roque de Minas, geralmente, eram feitas com a família e 22% (4 pessoas) dos respondentes que as viagens eram realizadas com os amigos. Esses resultados mostram que o município tem calma e segurança para que a família se sinta à vontade, em espaços abertos e sem preocupação com a segurança.

Seguindo essa mesma linha, perguntou-se aos entrevistados qual era o fator de maior influência nessa decisão, de trazer a família para visitar o município de São Roque de Minas. Todos responderam que o Parque Nacional da Serra da Canastra foi o fator de maior influencia na decisão, pois é o maior atrativo do local.

Procurou-se saber dos entrevistados quais eram os meios de hospedagens mais utilizados quando das visitas a São Roque de Minas. As respostas foram: o camping, para 67% dos respondentes (12 pessoas), o hotel para 16,5% (3 pessoas) e o hotel-fazenda para 16,5 % (3 pessoas).

Buscou-se saber dos entrevistados, quando da realização dessas visitas, onde eram realizadas as refeições. As refeições eram efetuadas por 50% dos respondentes (09 pessoas) no próprio acampamento, para 27,5% (5) eram feitas nas pousadas e restaurantes, somente nas pousadas para 16% (3) e apenas em restaurantes por 6,5% dos pesquisados (1 pessoa).

Percebe-se, com base nas respostas dadas, que a economia do município é movimentada de maneira direta e indireta pelos proprietários dos diversos estabelecimentos citados, que adquirem diferentes produtos que não são oriundos de São Roque de Minas.

Foi solicitado aos turistas entrevistados que enumerassem os fatores que mais os atraíam ao município de São Roque de Minas. As respostas obtidas estão demonstradas no Quadro 7.

QUADRO 7 Fator de atratividade do município de São Roque de Minas, por menções e graus de importância, na visão dos turistas entrevistados

% dos respondentes	Belezas naturais	P.N. Canastra	Fazendas	Preservação ambiental	Calma e receptividade
22,5 (4 pessoas)	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
7,5 (1 pessoa)	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
16,5 (3 pessoas)	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>4</b>
14,5 (3 pessoas)	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
22,5 (4 pessoas)	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>4</b>
16,5 (3 pessoas)	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>5</b>

Nota-se que, pelas respostas obtidas, os fatores que exercem maior atratividade no município são o Parque Nacional da Serra da Canastra e a calma e receptividade da população local, seguidas pela preservação ambiental e pelas fazendas. Realmente, São Roque de Minas uma cidade interiorana e pequena, onde a calma, a preservação ambiental e a segurança ainda se mantêm inalteradas, sendo pontos principais de atratividade para a visitação e permanência de turistas.

Buscou-se saber dos entrevistados se eles adquirem produtos locais, quais seriam esses produtos e onde os conseguem. A maioria deles, 67% (12 pessoas), respondeu que adquirem g neros alimentícios, queijos, doces, artesanato e aguardente principalmente nas casas comerciais, em geral e alguma ‘coisa’ é adquirida diretamente nas fazendas. Uma parte dos entrevistados, 16,5% (3 pessoas), respondeu que pretendia adquirir produtos locais, principalmente o artesanato e g neros alimentícios e tencionavam fazê-lo no comércio local e fazendas; 16,5% dos pesquisados disseram que não adquirem produtos locais.

Isso vem demonstrar que o turismo movimentou a economia local e, de certa forma, a regional, fazendo com que os produtos adquiridos pelos turistas em São Roque de Minas e não produzidos lá sejam conseguidos pelos comerciantes em outras regiões do estado.

Procurou-se saber se, do ponto de vista desses turistas, desde a última visita, houve melhorias ou não na infra-estrutura de apoio ao turista. Para 50% dos entrevistados (9 pessoas) aconteceram muitas melhorias e citaram, por exemplo, as estradas de acesso, as melhorias nas áreas de camping, “*o comércio se fortaleceu muito*”, a conservação da cidade, “*as pousadas recém criadas dão base para a incrementação do turismo*”, “*a população local demonstra ser mais educada ao dar informações e atender aos turistas*”, “*houve aumento do número de pousadas*”. Como 34% (6 pessoas) não conheciam a cidade antes, preferiram não se manifestar a respeito e para 16% (3 pessoas) que houve melhorias razoáveis, principalmente nos campings, com o “*aumento da quantidade de banheiros e de infra-estrutura*”, mencionando que dentro do Parque a estrada está ‘conservada’ pelo IBAMA.

Quando foi perguntado aos turistas se, na opinião deles, a inclusão de São Roque de Minas em um circuito turístico influenciou na melhoria das infra-estruturas locais mencionadas na pergunta anterior, 84% dos respondentes (15) responderam que sim, que as melhorias foram decorrentes da inclusão da cidade no circuito turístico. Para 16% dos entrevistados (3 pessoas), “*a cidade não se prostituiu e que os turistas têm consciência turística, não importando a inclusão ou não de São Roque num circuito*”.

Do ponto de vista dos turistas, foi indagado se existem obstáculos que impedem ou dificultam uma maior visitação ao município e, caso existam, quais seriam estes obstáculos. As respostas foram: para 67% dos respondentes (12 pessoas), existem poucos obstáculos e exemplificaram alguns deles: “*o acesso é um pouco ruim, por causa da estrada de terra*”, “*existe pouca divulgação dos*

*atrativos do município”, “os preços de muita coisa é alto”. Já para 33% dos pesquisados (6 pessoas), não existem obstáculos específicos a serem declarados, pois “o turismo no Brasil ainda é caro; para se criar estrutura depende de verbas e não se deve divulgar muito, senão cria-se a massificação”.*

Buscou-se saber dos entrevistados se, do ponto de vista deles, a preservação ambiental exercia alguma influência na decisão de visitação ao município de São Roque de Minas. Foram unânimes em responder que sim, que a preservação ambiental era um dos fatores fundamentais para a visitação, *“que conversam sobre isso com os amigos e que se não tivesse preservação não haveria visitação” e “que a preservação é importante não só aqui, em São Roque, mas no Brasil todo”.*

A receptividade é um dos grandes ‘chamarizes’ para o turista, influenciando na decisão de visitação de uma localidade. Sob essa perspectiva, procurou-se saber dos entrevistados como a população de São Roque de Minas percebe o turista. As respostas obtidas foram: 84% dos entrevistados (15 pessoas) acreditam que, para a população de São Roque de Minas, o turista é muito importante, para 16% (3 pessoas) deles, o turista é razoavelmente importante, não especificando os motivos da resposta.

Ainda nesse raciocínio, buscou-se saber dos turistas como eles percebem a população de São Roque de Minas. As respostas obtidas foram: *“que eles são muito conscientes da importância do turismo e sabem da importância da preservação ecológica”.* *“Até surgir o Parque, São Roque de Minas não era nada”;* *“a população local é muito receptiva e sem animosidade”;* *“que acolhem, dão boas informações e que todos convidam os turistas a retornarem” e “que ela (a população) está começando agora na atividade turística, mas que está aprendendo a lidar com o turismo”.*

Quando se indagou dos turistas se o tratamento dado a eles pela população local influenciou ou influenciará em uma possível decisão de retorno

a São Roque de Minas, 83% (15 pessoas) afirmaram que este é um dos fatores de decisão de retorno ao município e disseram que *“sendo bem recebido o, o turista retorna; não só volta, como faz a divulgação para os amigos”*; 17% (3 pessoas) dos pesquisados afirmaram que *“a população atende bem, mas não influenciou nem influenciará na decisão de retorno”*.

#### **4.1.4 Órgãos públicos**

Foram entrevistadas seis pessoas ligadas a órgãos públicos, como o engenheiro agrônomo da EMATER, o chefe da Unidade de Conservação do Parque Nacional da Serra da Canastra, um membro da Diretoria da Cooperativa de Crédito Rural de São Roque de Minas, a analista ambiental do IBAMA, pessoas do Conselho Fiscal da Associação Comercial de São Roque de Minas e tesouraria da Associação dos Artesãos de São Roque de Minas. Todos têm conhecimento do que é um Circuito Turístico e que São Roque de Minas participa de um deles, evidenciando o ‘Circuito da Canastra’. Não foi realizada a pesquisa com o presidente da Cooperativa Agropecuária de São Roque de Minas e com o Prefeito Municipal, porque não se encontravam no município durante o período de entrevistas.

Buscou-se averiguar, com os representantes desses órgãos, se eles acreditavam que houve o desenvolvimento do município de São Roque de Minas após inclusão no Circuito. A maioria dos pesquisados, 46% (3 pessoas), acredita que sim, que houve um desenvolvimento do município e que esse desenvolvimento *“se deu através da propaganda feita sobre o Rio São Francisco; que a cidade se tornou conhecida através de fôlderes e da mídia realizada pelo SEBRAE e divulgada no estado de São Paulo”*; *“por causa da mídia “o turismo aumentou, gerando renda e melhoria de vida e diminuindo a depredação ambiental”*; para 34% (2 pessoas) não houve o desenvolvimento de

São Roque ou esse desenvolvimento foi muito pequeno. Para 20% dos respondentes, *“houve algum desenvolvimento, mas que poderia ser maior”*.

Por acreditarem que não estão diretamente ligados às atividades turísticas, alguns dos entrevistados não se conscientizaram da importância desta atividade para o desenvolvimento do município onde trabalham e auxiliam outras pessoas em seu desenvolvimento. Isso se dá com maior amplitude nas áreas que estão ligadas à agropecuária e não nas áreas ligadas ao trato diário com pessoas.

Quando indagados se esse fator de desenvolvimento tem sido explorado no município de São Roque de Minas e como se dá essa exploração, 36% dos pesquisados (2 pessoas) optaram por não responder; 67% (4 pessoas) afirmaram que ele é bem explorado e que é muito importante, por várias razões, entre elas porque *“trouxe fonte de renda para o município”, “houve incentivo para produzir e expor”, “a cidade estava parada no tempo, faltava entusiasmo; através do crescimento proporcionado pelo SEBRAE, que apóia projetos locais na área turística, esse desenvolvimento tem sido grande”, “o turismo tem que crescer em bloco; município nenhum consegue crescer sozinho”*.

Buscou-se saber dos entrevistados o que entendem por “desenvolvimento econômico-social”. Talvez por desconhecerem o assunto, 16% (1 pessoa) dos respondentes optou por não emitir opinião; os outros pesquisados, 84% (5 pessoas) responderam que entendem ‘desenvolvimento econômico-social’ da seguinte maneira: *“crescimento da cidade, geração de emprego, melhoria de vida”, “ele [o desenvolvimento econômico-social] tem que ser geral, em todos os setores, não só pelo turismo: ele acontece mais pelos agricultores. As pessoas da cidade investem pouco; os de fora investem mais”, “o desenvolvimento econômico é importante no momento em que for distribuído para a população: somente o econômico não é importante, se a população não participar; no caso de São Roque de Minas em uma família de*

***4 pessoas tem emprego para todas; o desenvolvimento econômico faz com que o social se torne presente”; “melhoria da cidade e do local”, “desenvolvimento econômico: melhoria das condições de vida (financeiro); tem de ter o social para se ter o econômico (se conseguir fixar o homem é melhor); “ deve haver o desenvolvimento econômico-social e sustentável: o econômico gera dinheiro, o social gera esclarecimento e o sustentável preserva o meio ambiente; não se deve alterar a cultura e o meio ambiente.”***

Foi indagado aos entrevistados se, do ponto de vista deles, aconteceram transformações físicas na área urbana, a partir da inclusão do município de São Roque de Minas no circuito e quais seriam essas transformações, caso tenham ocorrido. Para 50% dos entrevistados (3 pessoas), aconteceram muitas melhorias e mencionaram: *“mais construções, pousadas, hotéis; a cidade se tornou mais visitada; abertura de novas casas comerciais, postos de serviços, restaurantes e supermercados, por pessoas da cidade”; “geração de emprego; pessoas que vieram visitar se mudaram para lá e investiram no turismo”;* 35% (2 pessoas) dos pesquisados responderam que aconteceram poucas melhorias, pelas seguintes razões: *“melhoria dos níveis de construções, aumentou a quantidade de comércio (mas o poder municipal trava um maior crescimento)”*; *“ho fator de receber bem o turista a cidade ainda está muito atrás nesta área”; “falta apoio do prefeito, que nem mora em São Roque e está no 2º mandato”;* para 15% (1 pessoa) nenhuma melhoria ocorreu, pois *“não há comprometimento da população e donos de pousadas; existe pouca sinalização; muitas propostas de transformações ainda estão em andamento”*.

Como se vê, a atividade turística movimenta a receita interna e faz com que a circulação monetária se dê, direta ou indiretamente, mesmo que muitas pessoas não percebam isso imediatamente, por não estarem envolvidas diretamente com a atividade turística.

Buscou-se saber dos entrevistados se, do ponto de vista deles, a população de São Roque de Minas se envolveu no processo de desenvolvimento da cidade e, caso positivo, mencionassem como acreditavam que isso ocorreu. Para 50% dos entrevistados (3 pessoas) houve pouco envolvimento da população que, *“a princípio, não via benefícios, achava que não tinha direito de cobrar, mas que está se envolvendo agora, com o SEBRAE e Associação Comercial, que estão ‘puxando o crescimento’, ‘somente os donos de pousadas se envolvem pois são os mais interessados; grande parte não tem consciência da oportunidade que tem; ainda há muito amadorismo”*. Para 34% (2 pessoas), houve muito envolvimento, *“apesar da cidade ter características agrícolas, mas no geral houve investimentos a partir de 1995”* e 16% (1 pessoa) dos respondentes afirmou que foi um envolvimento razoável, pois *“algumas pessoas não dão crédito às ações; que o turista deixa dinheiro em todo canto, mas a população não teve grande envolvimento, mas está se unindo e isto ocorre mais recentemente por causa do envolvimento do SEBRAE, que não veio antes por falta de apoio da prefeitura”*.

Procurou-se saber dos entrevistados se, na opinião deles, aconteceram mudanças consideráveis na área rural e, caso positivo, se eles poderiam explicitar quais foram essas mudanças. Para 65% dos argüídos (4 pessoas), aconteceram algumas mudanças para melhor na área rural e deram como exemplo que *“algumas propriedades viraram hospedarias (para alguns, é alternativa de renda)”*, *“o setor de produtos agrícolas cresceu muito, pelo cooperativismo”*, *“houve investimentos direcionados ao turismo e a sinalização melhorou muito”* e *“a área rural está começando a produzir produtos para o turista, além de agregar receita ao seu dia-a-dia”*. Entretanto, para 35% dos respondentes (2 pessoas) não aconteceram mudanças na área rural que mereçam ser destacadas.

Foi perguntado aos entrevistados se eles, como representantes de órgãos públicos, saberiam informar se foi criada uma feira de produtos ou para os produtores rurais em São Roque de Minas. Quatro pessoas, 65% do total, afirmaram que não foi criada nenhuma feira ou não souberam informar e 2 pessoas, 35%, informaram que está sendo criada uma feira, *‘mas necessita de local próprio pois a anterior era realizada em praça pública e em local aberto, sem cobertura no caso de chuva’*.

Para que a atividade seja mais promissora, faz-se mister a criação de um local apropriado para a exposição dos produtos, facilitando a compra destes pelos turistas e colocando o produtor e o consumidor frente a frente, valorizando tanto um quanto o outro.

Seguindo o mesmo raciocínio, procurou-se saber se houve algum mecanismo ou meio de divulgação e ou comercialização dos produtos ou para produtores. Caso positivo, solicitou-se que mencionassem quais eram os meios ou mecanismos. Dos respondentes, 85% (5 pessoas) afirmaram que não houve nenhum mecanismo ou, se houve, não souberam precisar qual foi e 15% (1 pessoa) disseram que existem mecanismos de divulgação e de comercialização dos produtos rurais de São Roque de Minas. A divulgação *“é feita através do Concurso do Queijo Canastra, existente há 7 anos”*.

Sendo órgãos públicos, que existem com a finalidade de promover o bem-estar da população, percebe-se que raros casos têm consciência de sua importância diante da sociedade. Pode ser que tal inoperância se dê por desconhecimento dos direitos da população envolvida.

Procurou-se averiguar com os entrevistados se, do ponto de vista deles, a quantidade de visitantes em São Roque de Minas aumentou após a inclusão do município no circuito. Para 44% dos respondentes (3 pessoas), aumentou muito, *“devido à mídia, ao queijo, ao Parque e à nascente do São Francisco”*. Para 20% (1) aumentou pouco, motivado *“pela divulgação na TV sobre a*

*nascente do São Francisco, quando FHC foi a São Roque de Minas” e para 36% (2 pessoas) o aumento foi razoável, mas “não devido ao circuito e, sim, por causa do Parque Nacional da Serra da Canastra e pela divulgação na TV Globo (Globo Rural/Repórter)”.*

Os fatores de relevância na atratividade do município de São Roque de Minas, segundo os representantes de órgãos públicos, podem ser visualizados no Quadro 8, abaixo.

QUADRO 8 Fator de atratividade do município de São Roque de Minas, por menções e graus de importância, para os representantes de órgãos públicos de São Roque de Minas

% dos respondentes	Belezas naturais	P.N.Canastra	Fazendas	Preservação ambiental	Inclusão no circuito
50 (3 pessoas)	1	2	3	5	4
34,5 (2 pessoas)	1	2	4	3	5
15,5 (1 pessoa)	1	2	5	4	3

O aumento da quantidade de turistas, para os entrevistados, deve-se principalmente, às belezas naturais e ao Parque Nacional da Serra da Canastra. A inclusão no circuito não foi fator decisivo no aumento do número de turistas que visitam o município de São Roque de Minas. O ponto de partida para o aumento da quantidade de turistas foi a divulgação na mídia (depois de reportagens exibidas no Globo Repórter e Globo Rural) e da visita de FHC, em 1995 e de Lula em 2002.

Buscou-se saber dos entrevistados se eles têm conhecimento ou saberiam informar se os turistas costumam adquirir produtos locais e, caso positivo, onde são conseguidos. Para 83% dos entrevistados (5 pessoas), os turistas que visitam São Roque de Minas “compram produtos no comércio local,

*nas fazendas ou os encomendam nos hotéis e pousadas e que os produtos são comprados freqüentemente, com aumento da compra em altas temporadas”; já 17% não têm conhecimento da aquisição de produtos locais pelos turistas.*

Quando os entrevistados foram indagados se existem alguns obstáculos que impedem ou dificultem um maior desenvolvimento do município de São Roque de Minas e, caso existam, quais seriam, 50% (03 pessoas) informaram que existem muitos obstáculos, identificando-os: *“a prefeitura é o maior deles”; “as pessoas têm pouco esclarecimento (‘dão um passo pra frente e dois pra trás’), faltando união entre as pessoas”, “divergências entre a prefeitura, a EMATER e a Cooperativa dos Produtores Rurais de São Roque de Minas”, “a política interna (prefeitura) é que define tudo: até a vinda ou não do asfalto”, “a mentalidade do povo é muito fechada: a administração pública do município é muito fechada, sendo dois candidatos que se revezam na prefeitura”.*

Para 32,5% dos respondentes (2 pessoas) existem poucos obstáculos e os principais são *“o acesso ao município em período de chuva”, “a regularização fundiária (de 60% a 70% da área do Parque ainda não foram adquiridos) ainda é um problema a ser resolvido”, “a administração pública local é fechada e sem parcerias, faltando incentivos para um maior desenvolvimento”.* Para 17,5% dos respondentes *“falta envolvimento dos órgãos públicos; falta de parceria/união; existe muito imediatismo e as ações são feitas de maneira isolada”.*

É perceptível a ausência do poder público local (prefeitura). A união entre a prefeitura e demais órgãos em relação à sociedade é importante para que haja um maior desenvolvimento e até mesmo uma melhor visualização de como os órgãos públicos interagem, dando ‘respaldo e respostas’ às ansiedades do povo.

Buscou-se averiguar com os entrevistados se os órgãos públicos, dos quais eles fazem parte e são referências, dão apoio às ações da população,

visando melhorias do e no município de São Roque de Minas. As respostas foram bem precisas: 83,5% (5 pessoas) afirmaram que os órgãos públicos não dão apoio às ações da população local e deixaram transparecer que *“se quiser fazer alguma coisa, tem que ser com recursos próprios, pois a prefeitura não dá apoio, alegando não ter verbas”, “pagar pelas ‘coisas’ a gente paga, mas não tem o retorno que gostaria de ter”*. Entretanto, para 15% dos respondentes, os órgãos públicos dão o devido apoio às ações da população local *“através de financiamentos, melhoria das estradas, pontes e que o apoio é insuficiente, poderia ser maior”*.

Nota-se que os representantes dos órgãos públicos de São Roque de Minas têm “hoção ” da inoperância dos referidos órgãos e não trabalham para reverter esse quadro, faltando consciência política e ética administrativa na busca de soluções para quem os elegeram ou nomearam.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada, pode-se distinguir que o turismo em São Roque de Minas tem uma importância ambígua: ora se apresenta como atividade secundária, quando é época de colheita de café, ora como atividade principal, quando a colheita finda. A população local tem conhecimento de que São Roque de Minas se desenvolveu, mas não sabe precisar se foi por causa da localização da cidade – próxima ao Parque Nacional da Serra da Canastra e da nascente do São Francisco, que, pela divulgação na mídia, em função da importância da preservação ambiental, atraiu um fluxo grande de visitação – ou pela inserção da atividade turística: houve melhorias em hospedagem e alimentação, com a construção de novos hotéis, pousadas e restaurantes. Com isso, houve aumento na geração de empregos urbanos, já que a maioria deles se dava durante a colheita de café ou no trabalho com gado leiteiro e na fabricação de queijos. Quando afirmam que estão trabalhando em hotéis, pousadas, restaurantes ou no ‘comércio da cidade’, percebe-se que associam isso a uma melhoria da qualidade de vida.

Apesar do aumento na circulação monetária e da ‘melhoria da qualidade de vida’ para a população de São Roque de Minas, observa-se a omissão ou desinteresse do poder público local em apoiar atitudes de melhoria do município, talvez por não estar ciente da importância da atividade turística ou por ter outros interesses econômicos e ou políticos. A Associação Comercial de São Roque de Minas, o SENAR, o SEBRAE e o SENAC, por terem um conhecimento mais ‘profundo’ dessa importância, dão subsídios para o desenvolvimento da atividade turística, com cursos e oficinas.

Para alguns moradores da zona rural de São Roque de Minas, a atividade turística é a principal fonte de renda: deixaram a sazonalidade do leite e do café para se dedicarem ao turismo como fonte principal de renda.

Montaram áreas de camping; incrementaram a produção do queijo canastra, inclusive participando de cursos, concursos e promovendo uma melhoria contínua na fabricação, com investimento na higiene, qualidade e na tentativa de padronização do queijo e abriram “comércio de produtos da terra”, como doces, aguardente, queijos e hospedagem na própria residência. Mesmo sendo a sazonalidade turística menor que a agrícola, ainda assim a população rural “sofre” em períodos chuvosos, por causa da má conservação das estradas, que é consequência do desinteresse público e da formação geológica do terreno. Para outros moradores da zona rural (cafeeiros e produtores de leite/queijo) o turismo é uma atividade secundária, pois ainda se dedicam à produção agrícola e de leite, tendo a atividade turística como fator agregado de manutenção de ganho monetário; quando termina a produção de café ou diminui a de leite, recorrem ao turismo.

Deve-se levar em conta o tamanho das propriedades e a forma irregular do terreno na área de São Roque de Minas: propriedades com até 50 hectares são a maioria (436 propriedades ou 45% de um total de 969) e 70% da topografia é montanhosa e/ou ondulada, imprópria para a produção de leite e agricultura mecanizada.

Independente de ser a atividade primária ou secundária, o que fica claro com a pesquisa é que o número de turistas aumentou muito. Não em consequência da inclusão da cidade de São Roque de Minas no circuito turístico, mas por causa dos investimentos feitos para receber os turistas e por causa dos atrativos naturais, da nascente do “Velho Chico” (tratamento carinhoso dado ao Rio São Francisco) e do Parque Nacional da Serra da Canastra, que já existiam antes e obtiveram ampla divulgação pela mídia, em programas da Rede Globo de Televisão (Globo Rural e Globo Repórter), mostrando tradições locais, como a ‘matança de porco’ e a fabricação caseira do queijo canastra. É evidente que

algumas pessoas, da zona urbana e rural, estão consciente disso e investindo para receber bem o turista e, dessa forma, aumentar os ganhos salariais.

O forte do comércio de produtos locais se dá em armazéns e nas propriedades rurais. Não há um lugar específico para comercialização dos produtos, como uma feira permanente. Por essa razão, perde-se muito a ‘ligação’ do turista com uma circulação dos produtos: o turista deve ‘procurar o produto’ em diferentes locais, o que faz com que ele desperdice o tempo que poderia empregar em permanência/visitação mais abrangente. Independente dessa distância de ligação, os turistas são bem recebidos pela população local, ciente da importância de receber bem, pois se os turistas – fonte de emprego e renda – forem mal recebidos, deixarão de comparecer e a circulação de dinheiro diminuirá consideravelmente.

Por tudo isso, afirmar que o turismo em São Roque de Minas é uma alternativa de renda e de geração de emprego ou uma solução para as “baixas temporadas de produção agropecuária” é uma afirmação dúbia. Poder-se-ia concluir que a atividade turística em São Roque de Minas é, ao mesmo tempo e atualmente, uma alternativa e uma solução para aumento do número de empregos, para a melhoria da qualidade de vida, para o desenvolvimento do turismo, para o crescimento e desenvolvimento do município. Tal afirmação poderá ser analisada sob dois pontos de vista.

Primeiro, se a população em geral e o poder público municipal atentarem para a real importância dessa atividade, agregada às atividades comuns de produção local, aí sim, poder-se-ia afirmar que o turismo em São Roque de Minas é uma alternativa.

Segundo, se toda a população, a que já se encontra envolvida e todos os outros, incluindo o poder público municipal, continuassem a desenvolver a atividade turística, com um envolvimento completo e desusar atividades cotidianas de produção local (como café e leite, que também são fatores

atrativos para turistas dos grandes centros urbanos), poder-se-ia deduzir que o turismo para São Roque de Minas é a solução encontrada para o desenvolvimento municipal.

Deve-se levar em conta que grande parte das propriedades e também das pessoas não tem, atualmente, estrutura física ou técnica, para lidar com o turismo. Falta conhecimento, capacitação, dedicação e paciência, pois o turismo não fornece retorno imediato como a maioria dos envolvidos nesse ramo de atividade pensa. Mas isso deveria ter sido comunicado aos empreendedores pelos gestores do Circuito Turístico da Serra da Canastra.

Também percebe-se que os empreendedores do município de São Roque de Minas, principalmente os proprietários de hotéis e pousadas, não têm uma percepção clara do significado de circuito turístico ou cluster que, na tradução literal, quer dizer ‘cacho’; ou seja, todos devem ter os mesmos propósitos, dividindo intenções e conquistas. Para que qualquer uma dessas designações (cluster, circuito turístico ou arranjo produtivo local) seja realmente geradora de renda e faça valer seus significados, deve-se ter união, trabalho em conjunto, inter-relação.

A compreensão que se tem de comunidade é uma idéia bastante “confortável”, tranqüila, em que as pessoas dividem um mesmo propósito e uma mesma identidade e as decisões que afetam a comunidade são tomadas de maneira democrática. Em São Roque de Minas isso não funciona assim. Existem diversas ‘comunidades’ num mesmo espaço; donos de hotéis não indicam outros, mesmo tendo sua lotação esgotada; idem para os donos de restaurantes. Donos de campings informam mal ou denigrem a imagem dos outros campings. Essas ‘intrigas e invejas’ criam inúmeros grupos de interesses, sem um mesmo objetivo. Como alerta Swarbrooke (2000, p. 64),

“Na maioria das comunidades, há um histórico de conflito sobre todo tipo de evento, desde quem comprou um determinado lote de terra, até novas construções, passando pelas disputas entre vizinhos. Por isso não surpreende que o turismo em geral e o desenvolvimento do turismo em particular geralmente levem ao conflito.”

Talvez essa condição de desunião seja consequência da falta de participação ou interação do gestor do Circuito Turístico no município de São Roque de Minas. Talvez falte aos empreendedores uma visão do real significado de turismo e dos seus benefícios, quando o mesmo é tratado da forma de um ‘cacho’, com interdependência, coligação e ansiando um mesmo objetivo. Falta acordarem para isso: que o Circuito Turístico da Serra da Canastra somente terá sucesso quando aprenderem a trabalhar em conjunto.

Dá a entender que, pela visão dos gestores do Circuito, São Roque de Minas deva integrar um cluster pela interação e posição geográfica em relação aos outros municípios de entorno ou ainda um APL, por compreender mais integração, ambos concluindo ou formando – ou qualquer outra terminologia que se queira usar – um circuito turístico. Resta saber – e isso é fundamental – qual é a visão dos empreendedores locais de São Roque de Minas. Se eles vêm essas designações como um concorrente ou como fator de união e de melhoria para todos os envolvidos, como quer a tradução literal de cluster.

A necessidade da comunhão da comunidade envolvida diretamente com o turismo é de extrema importância. Por outro lado, não justifica toda a comunidade se envolver em tarefas relacionadas ao turismo, pois aí não haveria turistas para todos. A necessidade dos turistas faria com que se investisse demais na infra-estrutura, descaracterizando o meio ambiente, poluindo mais, causando impactos negativos (como a perda de cultura e outros) e não tendo um turismo sustentável. Além do que, haveria muito empreendimento para pouco turista, em analogia a ‘muita estrela para pouco céu’. Essa não é a saída para o município

de São Roque de Minas, que deve ter bem nítida a importância do desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico.

Por muitos anos imperou a idéia de que a promoção do crescimento econômico e a busca do desenvolvimento cabiam “exclusivamente ao Estado” (o que não é verdade; para entender o porquê, veja os pensamentos liberais e neoliberais), que buscava a sua realização, de maneira centralizada, principalmente por meio de iniciativas de âmbito nacional. Com a globalização, a fragilização do conceito de *Estado Nacional* e a crescente complexidade dos problemas sócio-econômicos, surge uma nova proposta segundo a qual o Estado articula-se a outros agentes - entidades de classe, empresas, universidades, centros tecnológicos e ONG's - e com a comunidade organizada, na busca do desenvolvimento. Esse novo enfoque privilegia, de forma especial, as iniciativas no âmbito territorial e local, de valorização e consolidação dos arranjos produtivos existentes e de organização de uma base sócio-institucional de sustentação.

Como um entrevistado afirmou, “*o turismo tem que crescer em bloco* (em conjunto); *município nenhum consegue crescer sozinho*”; assim, as pessoas percebem a importância de um Circuito Turístico, mesmo sem terem envolvimento direto com ele ou uma consciência plena do seu significado, pois se sabe que a economia e o desenvolvimento se dão com a participação de todos: iniciativa privada, poder público e população.

Ainda de acordo com o mesmo entrevistado, “*deve haver o desenvolvimento econômico-social e sustentável: o econômico gera dinheiro; o social gera esclarecimento e o sustentável preserva o meio ambiente. Não se deve alterar a cultura e o meio ambiente*”. E esse desenvolvimento só se dará se o envolvimento for amplo, não somente no sentido de uma população ou município, mas de vários envolvidos nesta temática, corroborando, assim, os objetivos de um cluster, que são o trabalho em conjunto, a unificação de metas e

objetivos para o bem comum, seja de empreendedores ligados à atividade turística ou da população envolvida.

O turismo, como fenômeno econômico-social, reflete os avanços e conquistas da humanidade e também determina e caracteriza o modo de vida da sociedade moderna. Entre as diversas vantagens oferecidas pela atividade turística, como a melhoria da qualidade de vida e outros, destaca-se sua diversidade qualitativa e a facilidade com que novos investimentos geram empregos, sem negligenciar a peculiaridade de criar vagas em áreas com desemprego estrutural, como em áreas rurais.

O turismo deverá contribuir para o desenvolvimento do município, integrando-se no entorno natural, cultural e humano, considerando os efeitos induzidos sobre o patrimônio cultural e os elementos e atividades tradicionais das comunidades envolvidas. Assim sendo, a contribuição da atividade turística ao desenvolvimento humano e municipal pressupõe a participação de todos os envolvidos, sejam eles atores públicos ou privados.

O turismo depende de visão. Visão de preservação, de envolvimento, de participação da comunidade, do poder público e da iniciativa privada. Fazer com que estes três pilares se unam para melhoria do turismo não é fácil; ainda mais se o poder público não ‘cooperar’. A qualidade da paisagem, do patrimônio e da cultura deve ser perseguida a exaustão, não desprezando a vontade da população em se envolver e promover a melhoria desta qualidade. Trabalhar o turismo é uma tarefa complicada e difícil, mas não impossível.

Quando se esgota a possibilidade de atrair indústrias, que geram mais ICMS e promovem a idéia de se estar no meio do progresso, muitos municípios fazem opção pelo turismo, como ‘salvação da lavoura’. Como mencionado no item 2.3, o turismo vem sendo visto como ‘a única solução para os problemas de diversas comunidades’, sejam elas grandes ou pequenas. Pode ser este o caso de

São Roque de Minas, que tem 70% do seu território de 2.100 km<sup>2</sup> composto de área montanhosa ou ondulado. Como salientado por Yázigi (1999, p. 165),

“não parece estar claro para a maioria das municipalidades que o fenômeno geográfico do turismo está a alterar a paisagem substancialmente, e que compete ao município papéis inalienáveis neste processo.”

Muitos municípios, detentores de atrativos paisagísticos e outros, passam a ver, na exploração desses atrativos, uma alternativa econômica frente ao pequeno desempenho da economia local; isso pode se dar de forma desastrosa do ponto de vista ambiental e os ganhos econômicos apresentados não serem significativos. Deparando-se com a estagnação econômica que se estabelece no município, levando-se em questão a falta de apoio de políticas públicas de caráter estadual e ou nacional, a busca por alternativas econômicas tem se tornado uma verdadeira obsessão de grande parte de prefeitos (o que não parece ser o caso de São Roque de Minas) e ou administrações públicas, tornando-se premente o debate sobre a necessidade de estabelecimento da sustentabilidade dos municípios.

Isso quer dizer que somente quando planos de industrialização não dão certo, quando o ambiental, o social e ou a cultura já sofreram impactos negativos, é que se pensa no turismo, quando o que realmente seria interessante é justamente o contrário: preservar o *locus* e manter um planejamento coeso, respeitando-se a população e suas manifestações de apoio e contribuição.

Assentando-se sobre a diversidade de oportunidades oferecidas pela economia local, o turismo participa ativamente da integração municipal e regional e contribui positivamente para o desenvolvimento econômico da região em questão.

O caso de como São Roque de Minas está trabalhando a atividade turística não seria um bom exemplo a ser observado? A população e a iniciativa

privada têm interesse na melhoria do município, enquanto se mantiver a preservação cultural, social e ambiental. É uma cidade pequena na qual não se percebe nenhuma violência, nem por parte dos moradores nem dos turistas e visitantes, o que é mais um atrativo, por causa da tranquilidade existente. Sendo assim, por que o poder público local insiste em não perceber a importância do turismo e dar o apoio necessário às iniciativas que podem contribuir para a melhoria do município? Por que não se faz política pensando no melhor para toda a população e para o município?

Responder a essas perguntas talvez seja a forma de se começar realmente a pensar no turismo e no bem-estar de populações que desejam contribuir para uma melhoria de vida de todos, indistintamente.

Nota-se também que o Circuito Turístico da Serra da Canastra ainda é muito jovem para poder fazer surtir os efeitos esperados quando da formação de um Circuito. Mas isso não impede que a população trabalhe em prol do desenvolvimento, já objetivando um futuro mais “pé no chão”, sem sonhos utópicos. A iniciativa privada no município tem investido bastante na melhoria do atendimento ao turista e na infra-estrutura de apoio, com o intuito de manter sempre o turista fiel e consciente da importância desta atividade, tanto para os atores locais quanto para o turismo em si.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE FILHO, C. A. C. de. **A importância dos módulos rurais na distribuição e aproveitamento da terra.** Jus Navigandi, Teresina, v. 4, n. 46, 2000. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1675>>. Acesso em: 07 de maio 2004.

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social.** Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. 105 p. il.

AMÂNCIO, R.; GOMES, M. A. O. **Ecoturismo e sustentabilidade.** Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 71 p.

ANDRADE, J. V. de. **Turismo: fundamentos e dimensões.** 8. ed. São Paulo: Ática, 2001. 215 p.

ARENDIT, E.J. **Introdução à economia do turismo.** 2.ed. Campinas - SP: Editora Alínea, 2000. 142 p.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** 10.ed. Campinas, SP: Papirus, 1995. 164 p.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** 5. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001. 516 p.

BONALD, O. **Planejamento e organização do turismo: conceitos básicos.** 2. ed. Recife: FASA, 1984. 274 p.

BRANDÃO, H. Grandes veredas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 13 set. 2001. Turismo, p. 7.

CASTELLI, G. **Turismo e marketing: uma abordagem hoteleira.** 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1990. 237 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1991.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG. **Consumo de energia elétrica em São Roque de Minas: 1997/2001**. Belo Horizonte: 2002. Disponível em: <<http://www.cemig.com.br/>>. Acesso em: 06 jan. 2004.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo sustentável: uma nova proposta de planejamento turístico... In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 1999. 224 p.

DIAS, R. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003. 251 p.

DIEGUES, A. C. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In: \_\_\_\_\_. **Ecologia humana e planejamento costeiro**. São Paulo: USP, 2001. 225 p.

FEDERAÇÃO das INDÚSTRIAS do ESTADO de MINAS GERAIS - FIEMG. **“Cresce Minas - um projeto brasileiro”**. Belo Horizonte: FIEMG, 2000. 112 p.

FERREIRA, A. B. de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2002.

FIGUEIREDO, S. L. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1999. 207 p. il.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades@ Brasília**, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br/>>. Acesso em: 14 maio 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **PIB agropecuário 1996/2000**. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/>>. Acesso em: 19 de julho de 2003.

FURTADO, C., **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GRAZIANO, F. **O fim do módulo rural**. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.xicograziano.com.br/estadao>>. Acesso em: 30 abr. 2004.

GRAZILONI, B. M. **“Circuitos turísticos mineiros: uma alternativa para o desenvolvimento do turismo”**. 2004. Disponível em: <<http://www.estudosturisticos.com.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2004.

HADDAD, P. (Org.). **A competitividade do agro-negócio e o desenvolvimento regional no Brasil**: estudo de clusters. Brasília: CNPq/EMBRAPA, 1999. 265 p. Projeto Cresce Minas.

HOUAISS, A.; FRANCO, F. M. de Mello; VILLAR, M. de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População urbana de São Roque de Minas: 1970/2002**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 jul. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DO TURISMO – EMBRATUR. 2000. **Programa de Regionalização do Turismo**. Disponível em <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em: 27 set. 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **O que é módulo rural?** Brasília, 1980. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/faqs/faqs.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2004.

IRVING, M. de A. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: FUTURA, 2002. 224 p.

LALL, S. Conceito de cluster. In: LOPES NETO, A. **O que é cluster?** Fortaleza: IMPLACE, 1998. p. 18. Projeto Cresce Minas.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 340 p. il.

MAGALHÃES, C. F. **Organização do espaço turístico de municípios mineiros**: uma proposta metodológica. 2000. Tese (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências da UFMG, Belo Horizonte. Mercado Comum - Revista de Administração e Economia de Minas Gerais, v. 27, n. 1303, jan. 2002.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT. **Arranjos produtivos locais**. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/fontes/fundos/documentos/ctfva/ct-fva03arranjos\\_produtivos\\_](http://www.mct.gov.br/fontes/fundos/documentos/ctfva/ct-fva03arranjos_produtivos_)>. Acesso em: 01 out. 2003.

MOLINA, S. **O pós-turismo**. São Paulo: ALEPH, 2003. 136 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **O turismo em nossa latinidade: uma nova forma de colonização**. 2003. Disponível em: <<http://www.world-tourism.org/>>. Acesso em: 31 nov. 2003.

PORTER, M. E. **Cluster e a nova competição econômica**. Belo Horizonte: McKinsey & Company, 1998. 107 p. Projeto Cresce Minas.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 6. ed. Campinas: Papirus, 1997. 199 p.

SANTOS FILHO, J. dos. Ordem Régia de censura a roteiros turísticos do século XVIII: André João Antonil no Índex. **Boletim de turismo e administração hoteleira**. São Paulo, n. 2, out. 2000. Disponível em: <<http://www.estudosturisticos.com.br>>. Acessado em: 06 dez. 2003.

SANTOS SILVA, J. A. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster**. 2004. Tese (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) – Escola de Comunicações e Artes, São Paulo. Disponível em: <<http://www.eumed.net/tesis/jass/>>. Acesso em: 09 ago. 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS – SETUR-MG. **Minas revolucionou o turismo: a descoberta da potencialidade mediterrânea**. Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/minasgerais>>. Acesso em: 16 ago. 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS – SETUR-MG. **Plano de infra-estrutura turística regional e participativa do Sul de Minas**. Belo Horizonte, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS – SETUR-MG. **Relatório de atividades da SETUR 1999/2002**. Belo Horizonte, 2002b.

SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA – SEBRAE. **Arranjos produtivos locais**. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/udl/exp\\_dlis\\_araxa.htm](http://www.sebrae.com.br/udl/exp_dlis_araxa.htm)>. Acesso em: 21 maio 2004.

SILVA JUNIOR, J. H. da. **A política interna de turismo no Brasil (1992-2002)**. Belo Horizonte: FACE-FUMEC, 2004. 123 p.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia.** São Paulo: Aleph, 2000. 114 p.

TABET GOMES, L. C. **Reflexões sobre o terciário e o turismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora SENAC, 1987. 142 p. (Boletim Técnico do Senac, 13).

TORRE, O. de la. **El turismo: fenomeno social.** 2. ed. México: Ed. Fondo de Cultura Economica, 1997. 196 p.

TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós - industrial e o profissional em turismo.** Campinas: Papirus, 1998. 248 p.

TRIGO, L. G. G. **Viagem na memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil.** São Paulo: Editora SENAC, 2000. 248 p.

TURISMO rendeu US\$ 1,625 bi para o Brasil em 2004. **Em Questão**, Brasília, n. 217, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/emquestao>>. Acesso em: 23 ago. 2004.

VILELA, M. R. **Sistema agroindustrial: a gestão dos negócios; programa para desenvolvimento do pólo agroindustrial do Norte de Minas.** Belo Horizonte: FIEMG, 1999. 107 p. Projeto Cresce Minas.

WAHAB, S. E. A. **Introdução à administração do turismo: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991. 242 p.

WEBER, M. **Economia e Sociedade.** Brasília: UNB, 2000.

YÁZIGI, E. **Turismo: uma esperança incondicional.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Global, 1999. 190 p.